



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE DA DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA/SP**

ELIZABETH LIMA PEREIRA

Araras

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**ANÁLISE DA DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA/SP**

ELIZABETH LIMA PEREIRA

ORIENTADOR (A): PROF. Dr.^a ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO
COORIENTADOR: PROF. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Araras

2016

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE
ELIZABETH LIMA PEREIRA

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 29 DE SETEMBRO DE 2016

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DRA. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO
ORIENTADORA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-CENTRO
DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (UFSCAR/CCA)

PROF. DRA. VANILDE DE SOUZA ESQUERDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-CENTRO DE CIÊNCIAS
AGRÁRIAS (UFSCAR/CCA)

PROF. DR. CHRISTIANO FRANÇA DA CUNHA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - FACULDADE DE CIÊNCIAS
APLICADAS (UNICAMP/FCA)

Lima Pereira, Elizabeth

ANÁLISE DA DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA/SP / Elizabeth Lima Pereira. -- 2016.

129 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

Banca examinadora: ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO, VANILDE DE SOUZA ESQUERDO, CHRISTIANO FRANÇA DA CUNHA

Bibliografia

1. Agricultura Familiar. 2. Mercado Institucional. 3. Políticas Públicas. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Elizabeth Lima Pereira, realizada em 29/09/2016:



Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello
UFSCar



Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo
UFSCar



Prof. Dr. Christiano França da Cunha
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, mostrando-se sempre presente. Agradeço à natureza.

Aos meus pais, Ivete e Fernando, e aos meus irmãos, Fernanda e Gabriel, por todo incentivo e suporte, pela compreensão nos momentos difíceis com demonstrações de amor, agradeço aos sacrifícios por eles feitos.

Ao Samuel, pelos questionamentos e observações, pelas dúvidas, e contribuições nos momentos mais críticos. Mas também pelo carinho e respeito.

Ao Flávio Pontes, pela amizade, pelos conselhos, broncas, trilha sonora, e toda a dedicação, incentivo e atenção ao ouvir com respeito os argumentos e ideias ainda conflitantes com as suas.

Agradeço ao Anderson Antonio da Silva pela preocupação, o cuidado e os conselhos de uma amizade de longa data. Pelos ensinamentos, que em muito contribuíram para que esse caminho fosse trilhado da melhor forma possível.

As jovens do Natália Cavalcanti e Carla Ferreira, “O Combo”, por toda a amizade, dos debates para além da esfera acadêmica, influenciando minhas percepções de vida diretamente, como pessoa, marcando na minha memória a experiência do Ap. 42 durante o período de mestrado.

Agradeço a Carine Andrade, a melhor anexa que o Ap. 42 poderia receber, por todo o companheirismo, atenção, amizade e as histórias intrigantes de sempre, que contribuíram para o questionamento da realidade posta.

Agradeço aos demais integrantes da turma, Tatiana, Luciamara, Adriel, Samara, José, Otávio e todos os demais, pelos debates e a todos os momentos agradáveis compartilhados.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação, como as professoras Marta Cristina Marjotta-Maistro, Janice Rodrigues Placeres Borges e Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo, pelas contribuições na qualificação. Mas também a Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Luiz Antonio Cabello Norder pelos questionamentos e provocações para reflexões críticas que tanto contribuíram para minha formação acadêmica.

Agradeço em especial à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Adriana Estela Sanjuan Montebello pela dedicação na orientação, pelas detalhadas correções

com muito profissionalismo e competência. Mas agradeço também, a confiança em acreditar sempre.

Ao Prof. Dr. Luís Antonio Barone, pela orientação, sempre muito atento e disposto em contribuir competentemente para a minha formação. Agradeço a confiança e incentivo durante todo o mestrado.

Agradeço a secretaria da pós-graduação, na figura da Cris, pessoa dedicada e importantíssima durante todo o mestrado, com competência e profissionalismo, sempre muito disposta a contribuir. Uma pessoa forte, que sempre será lembrada e querida.

Ao diretor de agricultura do município de Mirante do Paranapanema senhor Junior Quirino Cavalcante e secretária de promoção social Eliane Gonçalves Oliveira, pela disposição em dedicarem parte do tempo deles para fornecer informações detalhadas sobre o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos no município, recebendo-me com profissionalismo e possibilitarem esclarecimentos sobre questões centrais para encaminhamento da pesquisa.

Agradeço com carinho aos agricultores do município de Mirante do Paranapanema que, por vezes fizeram pausas nas atividades em que desenvolviam para me atender, respondendo prontamente e, com muita gentileza e bom humor as muitas questões feitas. Agradeço também, por mostrarem como se deve acreditar em causas nobres, no bem e sempre buscar com perseverança e dedicação, pois luta a pós luta trazem a derrubada dos obstáculos no caminho.

Aos agricultores que atuaram a frente das associações, disponibilizando informações específicas sobre o funcionamento destas organizações além de exporem todas as dificuldades enfrentadas, mas sempre muito confiantes do sucesso do trabalho em realização. Em especial, agradeço ao Senhor Osvaldo que com emoção declarou que “todo mundo crescer é a solução”, mostrando que devemos ter fé no coletivo e buscar por isso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	12
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 METODOLOGIA	18
1.1.1 Caracterização da Pesquisa.....	18
1.1.2 Área de Estudo.....	21
REFERÊNCIAS	22
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA: O CASO DO PRONAF E DO PAA	24
2.1 INTRODUÇÃO	25
2.2 O PRONAF COMO O PROGRAMA DE POLÍTICA PÚBLICA PIONEIRO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	26
2.3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	28
2.4 METODOLOGIA	31
2.4.1 Caracterização do Pontal do Paranapanema	31
2.4.2 Fonte de dados.....	33
2.5 PROGRAMAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: O PRONAF	34
2.6 PROGRAMAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: O PAA.....	42
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51
3 O IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP.....	58
3.1 INTRODUÇÃO	59
3.2 METODOLOGIA	63
3.2.1 Área de estudo	63
3.2.2 Coleta de dados e Plano Amostral	67
3.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA EM MIRANTE DO PARANAPANEMA	70

3.3.1 As primeiras operações do PAA em Mirante do Paranapanema.....	71
3.3.2 O PAA e as mudanças na operacionalização após o ano de 2011	72
3.3.3 Os Números de 2011 a 2014: recursos, fornecedores, atendimentos e alimentos	76
3.4 PRODUÇÃO, DIVERSIDADE E ALTERAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA	80
3.5 O PAA COMO CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO E FONTE DE RENDA	85
3.6 O PAA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA	96
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	104
4. CONCLUSÃO GERAL.....	111
APÊNDICE I – Formulário I – Beneficiário Fornecedor do PAA.....	114
APÊNDICE II – Roteiro de Entrevista I – Grupo Gestor PAA (Agricultura)	121
APÊNDICE III – Roteiro de Entrevista II – Grupo Gestor PAA (Assistência Social)	123
APÊNDICE IV – Roteiro de Entrevista III - Organizações.....	125
APÊNDICE V – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Grupo Gestor	127
APÊNDICE VI – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Fornecedores	128

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual do número de contratos e recursos (R\$) do PRONAF no Pontal do Paranapanema em relação ao estado de SP, no período de 1999-2012.	35
Tabela 2- Distribuição percentual de recursos (R\$) e contratos de PRONAF por grupos de concentração no Pontal do Paranapanema no período de 1999 a 2012.	39
Tabela 3 - Números gerais de execução e percentual por modalidade do PAA no Pontal do Paranapanema, no período de 2011 a 2014. Ano	43
Tabela 4 - Distribuição percentual de recursos (R\$) do PAA nas modalidades CPR-Doação e CPR-Formação o Pontal do Paranapanema de 2011 a 2014.	45
Tabela 5 - Percentual e total de recursos (R\$) do PAA nas modalidades CPR-Doação e CPR-Formação no Pontal do Paranapanema de 2011 a 2014.	46
Tabela 6 - Fornecedores por organização no período de 2011-2013.....	69
Tabela 7 - Número mínimo, médio e máximo de produtos entregues por organização ao PAA na CPR-Doação em Mirante do Paranapanema, no período de 2011 a 2014.	75
Tabela 8 - Números gerais de execução da modalidade CPR-Doação em Mirante do Paranapanema/SP, no período de 2011 a 2014.	76
Tabela 9 - Principais mudanças ocorridas após participação no PAA.....	79
Tabela 10 - Principais produtos comercializados quanto ao volume na modalidade CPR-Doação no período de 2011 a 2014 (em 1000 kg).	82
Tabela 11 - Produtos que movimentaram maior montante de recursos no período de 2011 a 2014 (em 1000 reais).....	86
Tabela 12 - Os produtos que mais passaram a ser comercializados a partir do PAA em Mirante do Paranapanema-SP.	89
Tabela 13 - Principais fontes de renda, antes e depois da participação no PAA.....	91
Tabela 14 - Valores recebidos por fornecedor do PAA, modalidade CPR-Doação em Mirante do Paranapanema, no período de 2011 a 2014.	92

Tabela 15 - Renda familiar antes e depois da participação no PAA.....	93
Tabela 16 - Destinação da renda obtida com o PAA.....	95

LISTA DE SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BACEN – Banco Central do Brasil
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo
CDS - Compra com Doação Simultânea
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF
INCRA – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ- Programa Fome Zero
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

ANÁLISE DA DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA/SP

RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surge como instrumento para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no país, tendo como principal missão combater as desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura, sendo que sua instituição marca o reconhecimento dos agricultores familiares como categoria social e abre caminho para implementação de uma série de políticas públicas voltadas a atender o universo da agricultura familiar. Entre essas, cria-se em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com a finalidade de promover a segurança alimentar e nutricional, articulada ao fortalecimento da agricultura familiar. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o PRONAF, no período de 1999-2012, quanto a distribuição e abrangência dos recursos e também analisar o PAA, no período de 2011-2014, na região do Pontal do Paranapanema/SP, com ênfase no município de Mirante. O trabalho utilizou, além da pesquisa bibliográfica e documental, dados do Banco Central do Brasil no caso do PRONAF e da Plataforma SAGI no caso do PAA. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com organizações de agricultores, e membros da gestão municipal do PAA, bem como aplicação de formulário com agricultores fornecedores de alimentos no programa. Verificou-se que, os recursos do PRONAF são fortemente significativos em poucos municípios, destacando concentração de recursos. No caso do PAA, verificou-se que tem contribuído para que os agricultores atuem em atividades voltadas a agricultura, e não apenas nas atividades pecuárias como antes do programa. Influi também em uma melhor alimentação dos agricultores envolvidos, bem como das famílias que recebem os alimentos adquiridos pelo PAA no município. Uma sensível alteração da matriz produtiva foi observada. O programa possibilitou também, mesmo que pontualmente, a realização de investimentos nas atividades produtivas.

Palavras-chaves: agricultura familiar – política pública – crédito rural – mercado institucional.

ANALYSIS OF FOOD ACQUISITION PROGRAM DYNAMICS IN THE MUNICIPALITY OF MIRANTE DO PARANAPANEMA / SP

ABSTRACT

The National Program for the Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) emerges as a tool to build a new model of rural development in the country, whose main mission is to combat the inequalities that have traditionally marked the state policies aimed at stimulating a change in the technical basis of agriculture. That his institution marks the recognition of family farmers as a social category and opens the way for the implementation of a series of public policies aimed at attending to the world of family agriculture. Among these, the Food Acquisition Program (PAA) was created in 2003 with the purpose of promoting food and nutritional security, linked to the strengthening of family farming. The purpose of this research was to analyze PRONAF, in the period 1999-2012, regarding the distribution and coverage of resources and also to analyze the PAA, in the period of 2011-2014, in the region of Pontal do Paranapanema / SP, with emphasis in the municipality of Lookout. In addition to bibliographical and documentary research, the work used data from the Central Bank of Brazil in the case of PRONAF and the SAGI Platform in the PAA case. In addition, semi-structured interviews were conducted with farmers' organizations, and members of municipal PAA management, as well as application form with farmers providing food in the program. It was verified that, the resources of the PRONAF are strongly significant in few municipalities, highlighting concentration of resources. In the case of the PAA, it has been found that it has contributed to farmers' activities in agriculture, not just in livestock activities, but also before the program. It also influences better feeding of the farmers involved, as well as the families that receive the food purchased by the PAA in the municipality. A sensitive alteration of the productive matrix was observed. The program also made possible, even in a timely manner, investments in productive activities.

Keywords: family farming - public policy - rural credit - institutional market.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, o Brasil experimentou novas relações entre Estado e sociedade civil, com ampliação de espaços de participação social de onde surgem novos atores políticos e, criam-se também regras e instrumentos de política pública que vieram a orientar ações para redefinição de regras e compreensões afetando as condições da população, sobretudo a rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Muitas destas mudanças têm como protagonista, a agricultura familiar, que diante do Estado tem seu reconhecimento e institucionalização a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF surge como instrumento para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no país, conforme discurso governamental, tendo como principal missão “combater as desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura do país” (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p.54). A instituição do programa e reconhecimento dos agricultores familiares como categoria social abrem caminho

para implementação de uma série de políticas públicas voltadas a atender o universo da agricultura familiar. Mas, é apenas em 2006, com a Lei nº 11.326 de 24 de Julho que são estabelecidas diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006) sendo instituída uma legislação com diretrizes para balizar a formulação de políticas para os agricultores familiares.

Entre as políticas que vieram a atender os agricultores familiares após o PRONAF, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA é pautado na inclusão social e econômica, e tem entre seus principais objetivos incentivar a agricultura familiar, além de promover acesso das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional a alimentos (BRASIL, 2012). O programa que é operado em todos os estados brasileiros, atua como mercado institucional, adquirindo alimentos da agricultura familiar que são destinados ao abastecimento dos estoques públicos, mas também atendem diretamente a população em vulnerabilidade, por meio da rede socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação. Pesquisas têm evidenciado as contribuições do PAA para as populações que são atendidas pelo programa. Grisa e Schneider (2015) salientam que entre os feitos do programa, pode-se citar a sua contribuição para a valorização da produção local/regional e ecológico-orgânica e a ressignificação dos produtos da agricultura familiar ao atribuir qualidade aos mesmos, os associando a cultura, tradição, justiça social, equidade e artesanidade, sendo o programa um estimulador da criação de novas políticas, similares, mas de cunho estadual.

Diante da importância destes programas, PRONAF e PAA, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto destes programas na região do Pontal do Paranapanema, no que pese o contexto regional, e o Município de Mirante do Paranapanema, quando ao contexto local.

Como objetivos específicos da presente dissertação, tem-se:

- a) Elencar o montante de recursos e número de contratos do Pronaf (período de 1999-2012) e montante de recursos operados pelo PAA (período 2011-2014) nos municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema;
- b) Analisar a distribuição dos recursos do Pronaf e PAA na região do Pontal do Paranapanema-SP;
- c) Verificar como se dá a operacionalização do PAA no município de Mirante do Paranapanema;
- d) Verificar se a partir da participação no PAA houve alterações na matriz produtiva e uma maior diversificação alimentar das famílias produtoras participantes do programa;
- e) Analisar o quanto os produtores são dependentes do PAA como fonte de renda e como canal de comercialização, frente a outras fontes de renda e outros canais de comercialização;
- f) Verificar se o programa tem contribuído para organização dos agricultores em associações/cooperativa ou se tem estimulado a revitalização de organizações existentes, no município de Mirante do Paranapanema-SP.

No presente estudo, optou-se por apresentar as análises em capítulos/artigos, assim sendo, a presente dissertação, está estruturada, além desta introdução, caracterização da pesquisa e área de estudo, em mais dois capítulos artigos de forma a atender este propósito supracitado.

O segundo capítulo, para além desta introdução, “Políticas públicas para Agricultura Familiar no Pontal do Paranapanema: o caso do PRONAF e do PAA” analisa o acesso dos agricultores familiares da região do Pontal do Paranapanema-SP, ao PRONAF e ao PAA, no tocante à distribuição e abrangência dos recursos financeiros, destacando as especificidades que justifiquem o maior acesso dos

programas nos municípios que compõem a região, bem como as implicações desta configuração.

O terceiro capítulo, intitulado “O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos: o caso do Município de Mirante do Paranapanema-SP” analisa o PAA no contexto específico do município de Mirante do Paranapanema-SP, e partiu de três hipóteses. A primeira, indaga que o acesso dos agricultores familiares ao PAA no município tem estimulado a mudança da matriz produtiva, bem como, de consumo nas unidades familiares dos produtores fornecedores. A segunda hipótese, parte do princípio que o programa, por exigir que os agricultores estejam em associações e cooperativas, contribui com a organização coletiva para além do PAA. Por fim, a terceira pressupõe que, os agricultores são dependentes do programa como principal canal de comercialização e fonte geradora de renda, o que pode ocasionar situação de vulnerabilidade a estes caso o programa seja extinto.

1.1 METODOLOGIA

1.1.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Possui caráter exploratório, pois, conforme Ciribelli (2003, p.54) “é o primeiro passo de qualquer trabalho científico”, por proporcionar mais informações a respeito do tema abordado e sua delimitação, bem como auxilia na delimitação dos objetivos e hipóteses. Mas também é uma pesquisa descritiva, por procurar descobrir com a precisão possível, com que frequência um fenômeno ocorre e sua conexão com outros, a partir da observação, registro, análise e correlação entre fatos e fenômenos (variáveis) sem que haja a interferência do pesquisador (RAMPAZZO, 2005, p.53).

Para Rampazzo (2005), a pesquisa descritiva pode assumir diversas formas. O presente trabalho trata-se de um estudo de caso. Este é “a estratégia escolhida ao se analisar acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular

comportamentos relevantes” (YIN, 2005, p. 26). Os estudos de casos são utilizados para examinar aspectos variados da vida de um indivíduo, uma família ou uma comunidade (RAMPAZZO, 2005).

Quanto à abordagem, este estudo de caso mescla abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa foi escolhida por buscar a compreensão particular do que se estuda e é concebida como “mais abrangente e multidimensional” do que a da abordagem quantitativa, ao passo que esta última quantifica e estuda certo número de indivíduos, servindo-se frequentemente de dados estatísticos, generalizando-os sob o que foi apurado nos casos particulares (RAMPAZZO, 2005, p. 59).

Dentre os procedimentos para coleta de dados, realizou-se pesquisa bibliográfica, que é aquela “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo ao pesquisador a “cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente”. Além disso, realizou-se pesquisa documental, que, embora se assemelhe a anteriormente citada, esta “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 50-51). Soma-se a pesquisa bibliográfica e documental, realização de pesquisa de campo, por meio da aplicação de formulários e entrevistas semiestruturadas.

Entre as fontes secundárias, utilizaram-se dados do Censo Demográfico (2010) e Censo Agropecuário (2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados a respeito das ocupações de terras, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, estrutura fundiária e manifestações, foram coletados do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) do Pontal do Paranapanema (2014) desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Presidente Prudente.

Os dados do PRONAF (1999 a 2012) foram solicitados junto ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e estão agrupados por municípios e unidades da federação.

Os dados do PAA (2011 a 2014) foram coletados da plataforma PAA DATA. A plataforma está ligada a Secretária de Informação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e foi escolhida por apresentar dados desagregados do programa quanto aos Executores (Conab, estados e municípios), Beneficiários Fornecedores (agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores e outros) e Beneficiários Consumidores (população atendida com os produtos adquiridos).

Junto ao grupo gestor do programa no município, funcionários ligados ao poder público, e membros da diretoria das associações dos agricultores, realizaram-se entrevistas semiestruturadas.

Estas mesclam elementos de entrevistas estruturadas e não estruturadas. Sendo a primeira, de maneira metódica, uma conversação face a face guiada por roteiro pré-estabelecido, ao qual permite obter respostas de diferentes informantes a respeito de determinado fato. E a segunda, oferece ao pesquisador flexibilização diante de cada situação, permitindo explorar as questões roteirizadas mais amplamente (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A seleção dos agricultores a serem entrevistados se deu mediante tabulação prévia dos dados disponíveis da plataforma PAA DATA. Posterior a esta delimitação, consoante com as hipóteses, a amostra foi calculada para uma população finita, conforme Montgomery, Runger e Hubele (2011). Sendo que, a população é finita quando o número de elementos que a compõe é conhecido. Para coletar informações com os agricultores, o instrumento utilizado foi o formulário. Este, diferentemente do questionário, tem seu roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador e, conforme Marconi e Lakatos (2003, p.212), proporcionando além do

contato face a face com os informantes no momento da entrevista a “obtenção de dados mais complexos e úteis”.

1.1.2 Área de Estudo

Esta pesquisa teve como área de estudo a região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo. A região é composta por 32 municípios, onde vivem cerca de 600 mil pessoas, onde pouco mais de 10% é habitante das áreas rurais. Tal percentual é significativamente superior ao percentual do estado (4%) ao analisar dados do Censo Demográfico de 2006 (BRASIL/IBGE, 2010).

A agricultura familiar é uma característica marcante no Pontal do Paranapanema. Em 2006, conforme dados do Censo Agropecuário, 73% dos estabelecimentos da região ou 12.349, estavam enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sendo da agricultura familiar (BRASIL/IBGE, 2009). Além da agricultura familiar tradicional, outra característica marcante na região é a forte presença dos assentados da reforma agrária, totalizando 115 projetos de assentamentos rurais distribuídos em 16 municípios da região (DATALUTA, 2014; SÃO PAULO/ITESP, 2014).

Há no consciente da população local a condição de pobreza e marginalização da região frente aos poderes públicos, seja no âmbito Estadual ou Federal, visto que, o Pontal é recorrentemente citado como uma das regiões mais pobres do Estado (BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011). Na formação regional, houve diversos ciclos de exploração agrícolas, entre estes, café, algodão, a expansão da pecuária de corte e, mais recentemente, a expansão da cana-de-açúcar, estando estes, intimamente ligados à devastação das reservas naturais da região.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

BACEN. Banco Central do Brasil. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Quem são os beneficiários do Pronaf? Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

BARONE, L. A.; MELAZZO, E. S.; SILVA, A. A. Célula do Pontal do Paranapanema–SP. Acompanhamento e Informação para o desenvolvimento rural. Relatório Anual (Edital MCT/CNPq/MDA/SDT/UNIVERSIDADE nº 05/2009–Gestão de Territórios Rurais). FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (Art.4). Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 267 p.

_____. IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 de nov 2015.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. 25 jul 2006.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta Pela Terra. Relatório de 2013. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP Presidente Prudente, 2014.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. 7Letras, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos de pesquisa metodológica científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C.; HUBELE, N. F. Estatística aplicada à engenharia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MDS/SAGI. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME- MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. PAA DATA - dados 2011, 2012, 2013 e 2014. Disponível em:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 02 nov 2015.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica. Edições Loyola, 2005.

SÃO PAULO. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva. Assentamentos: situação quanto à localização municipal. 2014. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>. Acesso em: 02 nov 2015.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e metodologia. Porto Alegre: Bookman, 2005.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA: O CASO DO PRONAF E DO PAA

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar a distribuição recursos e o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região do Pontal do Paranapanema, Oeste do Estado de São Paulo. O estudo baseia-se em dados secundários, sendo os dados do PRONAF referentes ao período de 1999-2012 e do PAA de 2011-2014. Verificou-se que, como esperado, que os municípios da região que possuem acentuada presença da agricultura familiar na região foram os que mais captaram recursos de ambos os programas, porém, observou-se que mais de 50% dos recursos foram captados por apenas seis municípios no caso do PRONAF e em três municípios no caso do PAA. Observou-se também que os municípios com mais assentamentos rurais na região, têm apresentado mais acesso ao PRONAF e PAA. como é o caso do município de Mirante do Paranapanema que se destaca como maior captador de recursos nos dois programas.

Palavras-chaves: agricultura familiar - política pública - assentamentos rurais - crédito rural - mercado institucional.

2.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, novas relações são estabelecidas entre Estado e sociedade civil nas últimas três décadas, assim como espaços de participação são criados e novos atores emergem e são reconhecidos como sujeitos de direito, dentre os quais, destaca-se a categoria social e política da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Esta tem sua legitimação e reconhecimento do Estado na década de 1990, sendo que, anteriormente, era denominada por meio de diversos termos, como “pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p.1). No entanto, ainda que tenha o reconhecimento por parte do Estado nas últimas décadas, não é uma categoria social recente (WANDERLEY, 1996).

O fundamento deste reconhecimento institucional ocorre a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995. O PRONAF, até os dias de hoje, é o maior programa de política agrícola para agricultura familiar em termos de agricultores familiares beneficiários e recursos disponibilizados (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Ainda na década de 1990, a fome, com seu conteúdo político e social conforme Mattei (2007a), passa a ter maior destaque na agenda pública brasileira, ocorrendo maior envolvimento de atores sociais, possibilitando o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Diante da importância nacional dos programas supracitados, diversas pesquisas vêm sendo realizadas ao longo dos anos (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2013; MATTEI, 2011; GRISA et al., 2010; CARMO, 2015; SOUZA, 2012; OLIVEIRA, 2015). Em função do potencial destes programas em âmbito regional, este artigo teve como objetivo analisar o

acesso dos agricultores familiares ao Pronaf e ao PAA na região do Pontal do Paranapanema, no tocante à distribuição e abrangência dos recursos financeiros, visto que a concentração de recursos e a presença destes programas podem proporcionar melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares em determinados municípios desta região.

O artigo está estruturado, além desta introdução, em mais quatro seções. Na primeira, aborda-se a criação e características do Pronaf e do PAA. A segunda seção apresenta uma caracterização da região do Pontal do Paranapanema, bem como os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa. Por fim, a terceira seção, analisa a distribuição do acesso a tais programas na região, buscando destacar quais as especificidades que contribuem para tal configuração, assim como suas implicações. Na quarta seção estão as considerações finais do presente artigo.

2.2 O PRONAF COMO O PROGRAMA DE POLÍTICA PÚBLICA PIONEIRO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Ao analisar a trajetória da construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, Grisa e Schneider (2014) apontam para a emergência em diferentes períodos e contextos, de três gerações de políticas. A primeira geração está, de acordo com os autores, pautada pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário deste segmento social, a agricultura familiar. É nesta primeira geração de políticas públicas que se encontra o marco institucional e político para o reconhecimento pelo Estado brasileiro da agricultura familiar, o que ocorre efetivamente a partir da instituição do PRONAF.

Anterior à criação do PRONAF- em consequência do não reconhecimento do Estado da categoria social e política da agricultura familiar - não existia no país uma política pública de abrangência nacional, que fosse voltada especialmente ao

atendimento deste segmento social. Este quadro começa a se alterar em 1994, quando o governo Itamar Franco, frente às reivindicações dos agricultores familiares, cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE), que viria a ser reformulado no ano seguinte, no governo Fernando Henrique Cardoso, dando origem, em 1995, ao primeiro e mais importante programa de política pública destinada aos agricultores familiares, o PRONAF (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Após a criação do PRONAF, a agricultura familiar passa a ter um programa cuja finalidade é provisionar crédito agrícola e lhes dar apoio institucional (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). O programa, ainda que tenha deixado de lado um vasto segmento em processo de pauperização crescente, como destaca Medeiros (2001) passou a atender parte das bases organizadas, os agricultores em melhores condições de produção.

No entanto, o novo quadro que se configura mostra-se muito distinto do observado no período anterior à sua criação, no qual os agricultores familiares eram considerados, para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural (MCR), miniprodutores (BELIK, 2000). Isso implicava em um cenário onde além de disputar o crédito com os demais produtores, estes deveriam atender às mesmas exigências de empréstimo bancário que os grandes produtores (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005).

É importante destacar que, até anos recentes, não havia uma legislação que estabelecesse diretrizes para a formulação de políticas para a agricultura familiar (CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014), o que só ocorre a partir da promulgação da Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, que passa a estabelecer diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Nos termos desta Lei (Art.3), são agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais aqueles que pratiquem atividades no meio rural e atendam, simultaneamente, os seguintes requisitos: não detenha área

superior a quatro módulos fiscais; utiliza mão de obra predominante da própria família; tem percentual mínimo da renda familiar proveniente das atividades econômicas do estabelecimento; e, o estabelecimento deve ser dirigido pela sua família (BRASIL, 2006). Ao cumprirem os requisitos supracitados, os agricultores são enquadrados em diferentes grupos de PRONAF, conforme o Manual de Crédito Rural por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF(DAP), sendo: A, A/C, B, V(BACEN, 2015¹).

Após o PRONAF, inicia-se um conjunto de medidas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à garantia de sua produção agrícola (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Diversas temáticas, para além-crédito, que constavam na pauta de reivindicações das organizações representantes da agricultura familiar, ganham destaque no cenário nacional. Dentre essas, pode-se salientar a insegurança alimentar e nutricional da população, sobretudo a do meio rural, além da histórica necessidade de uma política pública que incentivasse a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. É neste sentido que surge, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

2.3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Ao partir-se da compreensão de que a política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, que é a diferença entre a situação atual indesejada e uma situação ideal possível (SECCHI, 2010), anterior à criação

¹ O Grupo A: assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não tenham contratado operação de investimento pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), ou ainda os que não contrataram o limite de operações ou valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf; Grupo B: são os beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, anterior a solicitação de DAP, inferior a R\$ 20.000,00 e, que não contratem trabalho assalariado permanente; Grupo A/C: assentados do PNRA ou beneficiário do PNCF que tenham contratado a primeira operação do grupo A e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio grupo A/C; Grupo V: todos os demais que se enquadrem como agricultores familiares (BACEN, 2015).

do PRONAF, a situação indesejada era a falta de um programa específico que provisionasse crédito para agricultura familiar. Mas, além do acesso ao crédito, outras situações estavam longe do ideal possível. Entre estas situações a necessidade de uma política pública de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar e à sustentação de preços agrícolas. Por outro lado, havia carência de políticas que atuassem sobre problemas salientes e históricos no Brasil, como a fome e a pobreza.

Neste sentido, ao assumir seu primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Fome Zero (PFZ), que trouxe um novo comportamento do governo diante da fome e da pobreza, buscando atacar as causas estruturais desses problemas, objetivando eliminá-los definitivamente da sociedade brasileira (MATTEI, 2007a).

O PFZ passa, desde o seu início, a orientar as políticas econômicas e sociais do governo, e transforma-se na estratégia principal na superação da dicotomia entre essas políticas, integrando políticas estruturais e emergenciais (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005). No conjunto das políticas estruturantes criadas no âmbito do PFZ, cria-se o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) (GRISA et al., 2010).

Instituído juridicamente por meio do Art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003, o PAA tem como principais objetivos o incentivo à agricultura familiar, e a promoção do acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e está pautado na inclusão social e econômica (BRASIL, 2012), o que ocorre pela aquisição de produtos agropecuários da agricultura familiar que, posteriormente, são distribuídos para grupos de pessoas em situação de insegurança alimentar, e/ou para constituírem estoques estratégicos de alimentos (MATTEI, 2007a).

O programa beneficia, diretamente, fornecedores e consumidores de alimentos. São fornecedores os agricultores familiares, assentados de reforma

agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais (conforme Art. 3 da Lei nº 11.326/2006), que podem acessar o PAA individualmente ou sob a representação de uma organização - como cooperativas ou outras organizações que possuam Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Especial Pessoa Jurídica (BRASIL, 2012). Os consumidores são as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além daqueles atendidos pela rede socioassistencial, assim como outras ações de alimentação e nutrição com financiamento do Poder Público, bem como, a rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2013). A distribuição dos alimentos para os Beneficiários Consumidores ocorre por meio de Unidade Receptora, que são organizações formalmente constituídas, contempladas na proposta da unidade executora (BRASIL, 2014).

Algumas inovações podem ser atribuídas ao PAA, dentre as quais se destaca a desburocratização do processo de aquisição de produtos da agricultura familiar a fim de atender programas públicos, com a dispensa das regras de licitação dispostas na Lei 8.666/93 (MATTEI, 2007a). Além disso, o PAA permite que os produtos adquiridos tomem como base os preços de referência, levando em conta diferenças regionais, consoantes com a realidade da agricultura familiar (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008). Ainda, cita-se a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos com acréscimo de 30% dos preços em relação aos dos produtos convencionais (TRICHES; SCHMITT, 2015).

Desde sua criação, o programa vem sendo aperfeiçoado e conta com seis modalidades:

1) Compra com Doação Simultânea: compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e à rede pública e filantrópica de ensino, e possui cota de R\$ 8.000,00 (por meio de organizações) e R\$ 6.500,00 (individualmente);

2) Compra Direta: compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, com o objetivo de sustentar preços;

3) Apoio à Formação de Estoques: apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público (estas duas modalidades possuem cota anual de até R\$ 8.000,00);

4) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite: operada apenas nos Estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais, visa a compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores, sendo sua cota de R\$ 4.000,00 semestre;

5) Compra Institucional: compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador, possui cota de R\$ 20.000,00/ano;

6) Aquisição de Sementes: compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores, com cota de R\$ 16.000,00/ano.

A execução das modalidades é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estado, município ou órgãos federais de administração pública (BRASIL, 2014).

2.4 METODOLOGIA

2.4.1 Caracterização do Pontal do Paranapanema

Localizado no oeste do Estado de São Paulo, a região do Pontal do Paranapanema², foi originalmente habitada por índios Xavantes, Caingangos e Caiuás (não mais presentes), sendo marcada por um processo de colonização com forte degradação ambiental e grilagem de terras, que impulsionada pela cafeicultura, se intensifica a partir dos anos de 1920. Ao longo do Século XX, a prática da grilagem se mantém na região, com os cultivos de algodão e a pecuária extensiva (LEITE, 1998). Mais recentemente, registra-se a expansão dos cultivos de cana de açúcar (THOMAZ Jr., 2009). Paralelamente, a partir dos anos 1990, a região é palco de confrontos entre latifundiários e sem-terra, sendo, no final do século XX, uma das regiões com maior número de conflitos por terra do Brasil. Em resposta a intensificação da luta pela terra por parte dos movimentos sociais, o governo estadual passa a fazer fortes intervenções na região (FERNANDES; RAMALHO, 2001), implantando mais de uma centena de assentamentos.

A partir dessas lutas e da implantação dos assentamentos rurais, a região destaca-se no cenário da reforma agrária possuindo o maior número de assentamentos do estado de São Paulo, contando atualmente com 115 projetos, distribuídos em 16 dos 32 municípios que a compõem, segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2013) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (SÃO PAULO, ITESP, 2014). O Censo Agropecuário de 2006 aponta que o território possuía 12.349 estabelecimentos da agricultura familiar, conforme Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, além de 1.482 pescadores na região (BRASIL/IBGE, 2009).

Mesmo diante desta forte presença da agricultura familiar, a maior parte da população da região (89,74% ou 523.703 mil pessoas), segundo dados do Censo Demográfico de 2010, residia em área urbana e 10,26% estavam no campo

² Existem diferentes delimitações do que seria a região do Pontal do Paranapanema, utiliza-se neste artigo, a delimitação de Pontal do Paranapanema como Território da Cidadania, segundo o Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SIT, 2015).

(aproximadamente 59.000 pessoas (BRASIL/IBGE, 2010). Ainda que o contingente populacional rural esteja em torno de 10%, destaca-se que a região é um território com características eminentemente rurais. Dos 32 municípios que o compõem, 23 possuem população total menor de 20.000 habitantes e 20 municípios possuem densidade demográfica abaixo de 20 habitantes km².

2.4.2 Fonte de dados

Para realização deste estudo, além de pesquisa bibliográfica e documental, foram sistematizados e analisados dados secundários referentes ao PRONAF e ao PAA, para todos os 32 municípios que compreendem o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema³.

Os dados do PRONAF referem-se ao período de 1999 à 2012 e foram solicitados junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), em 15 de dezembro de 2015. Os dados, que compreendem o ano fiscal (e não ano agrícola), estão agrupados por municípios e Estados, apresentando número de contratos e montantes, divididos por atividade (agrícola e pecuária) e finalidade (custeio e investimento).

Já o PAA foi analisado no período de 2011 a 2014, a partir dos dados disponíveis na plataforma PAA DATA da Secretária de Informação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A plataforma, que foi desenvolvida a fim de atender a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA na elaboração do Sistema Integrado de Informações (SII), foi escolhida por apresentar dados desagregados do PAA considerando todos seus executores, quais sejam, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estados e municípios, além de permitir o agrupamento de dados a respeito dos diferentes

³ A abrangência da região utilizada neste artigo refere-se ao território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, composta por 32 municípios, conforme informações do Portal da Cidadania, disponíveis em: www.territoriosdacidadania.gov.br.

beneficiários do programa (SAGI, 2015). Diante da dinâmica de atualizações, os dados disponíveis na plataforma estão sujeitos a alterações. As modalidades do PAA presentes nos municípios do Pontal no período estudado são de execução da CONAB: Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Apoio a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).

2.5 PROGRAMAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: O PRONAF

No Pontal do Paranapanema, ao analisar o comportamento dos programas de políticas públicas voltados para a agricultura, tanto no caso do PRONAF como do PAA, observam-se semelhanças no que se refere à distribuição dos recursos entre os municípios.

No âmbito do PRONAF, firmaram-se 42.039 contratos na região do Pontal do Paranapanema, entre os anos de 1999 a 2012, correspondendo a mais de um décimo (11,13%) dos contratos do estado de São Paulo. Quanto aos valores, o volume de recursos acessado na região no período foi de R\$ 325.819.143,41- representando 7,18% dos recursos do Estado ao longo desses anos. No período estudado, verifica-se aumento quase constante de recursos para a região, sobretudo a partir de 2003.

Porém, percentualmente, a representatividade em relação ao total do Estado, no caso dos recursos apresenta queda, ao passo que o número de contratos firmados se mantém estável (Tabela 1). Ainda neste sentido, nos anos de 2000 e 2003 a região apresenta elevada representação percentual, tanto no número de contratos como no montante financeiro em relação ao Estado. Diferentes fatores podem ser atribuídos à expansão observada nesses dois anos como veremos a seguir.

Tabela 1 - Percentual do número de contratos e recursos (R\$) do PRONAF no Pontal do Paranapanema em relação ao estado de SP, no período de 1999-2012.⁴

Ano	SP			Pontal		
	Contratos	Contratos	%	Montante (R\$)	Montante (R\$)	%
1999	15.296	1.037	6,78	R\$ 67.034.617,76	R\$ 3.955.101,28	5,90
2000	18.334	3.463	18,89	R\$ 92.470.222,68	R\$ 19.675.281,45	21,28
2001	16.381	1.600	9,77	R\$ 84.553.739,15	R\$ 7.752.323,41	9,17
2002	14.567	1.693	11,62	R\$ 78.411.040,35	R\$ 7.985.518,11	10,18
2003	23.604	5.110	21,65	R\$ 131.901.065,57	R\$ 21.220.010,71	16,09
2004	26.427	3.740	14,15	R\$ 179.898.515,90	R\$ 22.134.883,06	12,30
2005	28.243	3.100	10,98	R\$ 226.649.939,73	R\$ 18.735.319,59	8,27
2006	30.957	3.188	10,30	R\$ 291.445.004,55	R\$ 20.843.103,27	7,15
2007	31.160	3.105	9,96	R\$ 301.196.637,96	R\$ 21.078.762,60	7,00
2008	32.510	2.887	8,88	R\$ 415.017.147,01	R\$ 24.518.424,22	5,91
2009	35.392	3.223	9,11	R\$ 535.079.060,79	R\$ 31.797.604,62	5,94
2010	33.912	3.039	8,96	R\$ 548.779.300,36	R\$ 33.269.066,60	6,06
2011	33.231	3.697	11,13	R\$ 631.697.914,09	R\$ 45.362.415,88	7,18
2012	33.526	3.157	9,42	R\$ 707.138.795,07	R\$ 47.491.328,61	6,72
Total	373.540	42.039	11,25	R\$4.291.273.000,97	R\$325.819.143,41	7,59

Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2015.

Registro Comum de Operações Rurais (RECOR)

Em 2000, no Pontal, celebraram-se 18,89% dos contratos e 21,28% dos recursos do Estado. Neste ano, o crescimento do montante financeiro do Estado em relação ao ano anterior foi 37,94%, ao passo que na região o aumento foi de 397,47%. Do mesmo modo, os contratos tiveram aumento de 19,86% para o Estado e 233,94% na região.

Desde o ano de 1985, com objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária, estava em exercício o Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera) (REZENDE, 1999). O Procera atuou até os anos 2000, quando foi extinto e os assentados foram incorporados ao PRONAF (ALMEIDA, 2000). Assim, em 2000 tem-se a extensão do crédito de custeio e das demais modalidades do programa para os assentados da reforma agrária, enquadrados no grupo A/C do PRONAF (SCHNEIDER, MATTEI,

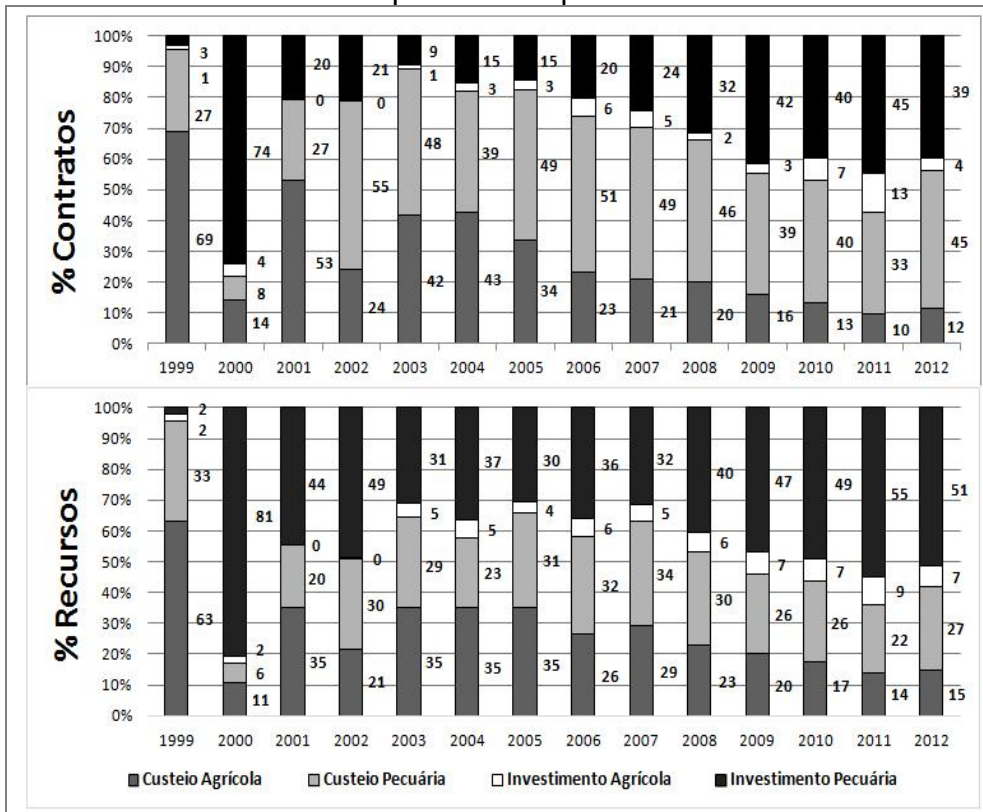
⁴ Os valores apresentados são nominais e não estão deflacionados.

CAZELLA, 2004), além do acesso ao crédito de investimento para assentados do grupo A neste ano (CARMO, 2015).

A região do Pontal possuía nos anos 2000, um total de 80 assentamentos rurais, dos quais 26 foram criados em 1999 (DATALUTA, 2014). Os assentados, sobretudo os dos assentamentos recém-criados são um público demandante de crédito para dar início às atividades de produção, assim, a inclusão deste segmento da agricultura familiar no programa justificaria o aumento observado.

No ano de 2003, o Pontal concentrou 21,65% dos contratos e 16,09% dos recursos do Estado. Neste ano, diferentemente do que ocorreu em 2000, o principal fator que justificaria a expansão na captação de recursos seria a incorporação de segmentos mais capitalizados da agricultura familiar a partir da criação do grupo E do PRONAF (MATTEI, 2005), e de novas modalidades dentro do PRONAF, como Alimentos, Pesca, Agroecologia, Mulher, Jovem Rural e outras (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Cabe ressaltar também que no ano em questão, tem-se o lançamento do Plano Safra de Agricultura Familiar (BRASIL, MDA, 2015) o qual passou a destinar cada vez mais recursos ao PRONAF.

Figura 1- Percentual do número de contratos e montante de recursos do PRONAF por finalidade no Pontal do Paranapanema no período de 1999 a 2012.



Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2015.
Registro Comum de Operações Rurais (RECOR)

No Pontal, observa-se que no decorrer dos anos, diferentes comportamentos da participação das modalidades de crédito. Inicialmente, em 1999, o crédito com finalidade de custeio correspondia a 95% dos contratos firmados e 96% dos recursos aplicados. Neste ano, foram criados 26 assentamentos rurais na região, sendo que, no primeiro momento estes demandam créditos de custeio para iniciar as atividades produtivas.

No ano 2000, a região apresenta uma singularidade na distribuição em relação a 1999, com comportamento inverso ao ano anterior, com 78% dos contratos e 83% dos recursos para finalidade investimento (Figura 2). Neste quesito,

destaca-se o investimento pecuário, que sozinho firmou 74% dos contratos e captou 81% dos recursos. Historicamente, a pecuária é uma atividade muito presente no Pontal. Nas médias e grandes propriedades rurais, destaca-se a pecuária de corte (HESPANHOL, 2010a). Já nas pequenas propriedades e, sobretudo, nos assentamentos rurais a pecuária leiteira torna-se a principal fonte geradora de renda (MAZZINI, 2007; CARMO, 2015). Assim, com a mudança nas regras do programa em 2000 e com a ampliação das possibilidades de acesso dos assentados rurais, é compreensível a singularidade do ano em questão.

No período subsequente, é possível observar certa retomada dos créditos para custeio no número de contratos, porém o mesmo não ocorre quanto aos recursos disponibilizados, pois os valores para investimentos apresentam crescimento. Mas é a partir de 2008 que fica evidente o crescimento do crédito para investimento (Figura 2). Neste ano, em resposta à crise global de alimentos, é criada, no âmbito do PRONAF, a linha Mais Alimentos, visando financiar a modernização das propriedades familiares (BRASIL, MDA, 2010), ocasião em que ocorre forte crescimento de créditos para investimento (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). No Pontal do Paranapanema, os recursos de investimentos de 2009 a 2012 somados, correspondem a 55% dos recursos com tal finalidade, além de 44% dos contratos em relação a todo o período analisado. Visto que os créditos para investimentos se destinam a financiar a implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, bem como de beneficiamento e industrialização (MCR, 2016), o aumento desses créditos na região pode implicar no melhoramento da infraestrutura de produção da agricultura familiar presente.

Desta forma, apesar dos créditos de custeio concentrar o maior número de contratos no período, verifica-se que a maior parte dos recursos se destina a investimento. Ao analisar o valor médio dos contratos, observa-se que os investimentos são 105,10% maiores que os destinados ao custeio. Ao considerar os contratos por atividade, nota-se que os menores valores médios dos contratos são

custeio pecuário (R\$ 5.025,24) e custeio agrícola (R\$ 6.771,23). O investimento agrícola totalizou R\$ 10.900,57. Por fim, o investimento pecuário é o de maior valor médio (R\$ 11.821,35 reais).

No período analisado, todos os 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema acessaram o PRONAF em todos os anos, seja na atividade agrícola ou pecuária, com finalidade de custeio ou investimento. No entanto, ao analisar a distribuição dos contratos e recursos entre os municípios, observa-se acentuada concentração. Assim, optou-se por dividir estes em três grupos⁵. O grupo1(G1) representa os municípios que mais receberam recursos e firmaram contratos- e que, somados, acessaram mais de 50% destes; o grupo 2 (G2) representa o grupo intermediário, sendo os municípios com mais de 2% cada um; e G3 é a soma de municípios que receberam menos de 2% cada um, seja de recursos ou número de contratos (Tabela 2).

Tabela 2- Distribuição percentual de recursos (R\$) e contratos de PRONAF por grupos de concentração no Pontal do Paranapanema no período de 1999 a 2012.

Concentração	Recursos (R\$)	%	Concentração	Contratos	%
G1 (6 municípios)	R\$ 164.049.323,11	50,35	G1 (6 municípios)	22.160	52,71
G2 (11 municípios)	R\$ 114.511.059,23	35,15	G2 (9 municípios)	13.537	32,20
G3 (15 municípios)	R\$47.258.761,07	14,50	G3 (17 municípios)	6.342	15,09
Total	R\$ 325.819.143,41	100	Total	42.039	100

Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2015.

Registro Comum de Operações Rurais (RECOR)

Organização: autores.

Assim, durante o período analisado, apenas seis municípios captaram mais de 164 milhões de reais, o que representa 50,35% do total dos recursos, em mais de

⁵ Em relação à concentração, um dos principais indicadores para aferição e comumente utilizado na literatura econômica, é o índice de concentração CR_n. De acordo com Oliveira (2014), o CR_n é a parcela de mercado dominada pelas firmas (*marketshare*), seja pelas quatro, oito ou 50 maiores. Desta forma, um mercado onde o CR₄ = 90 diz se que as quatro maiores firmas detêm domínio de 90% e as demais 10%. Nesta pesquisa, optou-se por dividir os municípios por grupos de concentração, ao qual se denominou G1, G2 e G3.

22 mil contratos - sendo 52,71% do total do Pontal. No outro extremo, observam-se 15 municípios que não atingiram nem 2% dos recursos individualmente, totalizando, juntos, pouco mais de R\$ 47 milhões (14,50%), além de 17 municípios firmando menos de 2% dos contratos cada, somando 6.342 (15,09%), conforme a Tabela 2. Aprofundando a análise, tem-se que o grupo G1 é composto por municípios diferentes, conforme variável analisada (recursos e contratos).

O município de Mirante do Paranapanema ocupa isolado o primeiro lugar na classificação geral, tanto no recurso captado com mais de R\$ 51 milhões (representando 15,79%) – como em contratos firmados, com 7.246 (17,24%) do total geral. Este é seguido por Presidente Epitácio com pouco mais de R\$ 26 milhões (7,99%) e 3.512 de contratos (8,35%). Após, têm-se o município de Teodoro Sampaio com aproximadamente R\$ 26 milhões (7,97%) e 4.390 de contratos (10,44%). Estes dois últimos, alternadamente ocupam o segundo e terceiro lugar, dependendo da variável escolhida.

O destaque destes municípios não se dá por acaso. Verifica-se no Censo Agropecuário de 2006, que, dos estabelecimentos da agricultura familiar do Pontal, Mirante do Paranapanema possui 14,69% do total de estabelecimentos (1.814). Presidente Epitácio contou com 4,64% (573) e Teodoro Sampaio possui 6,53% (806) (BRASIL/IBGE, 2009). Destaca-se, também, a presença de assentados rurais, havendo respectivamente, 27,03%, 5,44% e 14,07% das famílias assentadas da região (DATALUTA, 2014). No caso de Presidente Epitácio, este ainda conta com o maior número de pescadores da região, 51% (765) (MDA, SIT, 2010). Ou seja, são municípios com forte presença da agricultura familiar, seja tradicional, da reforma agrária ou pescadores.

Destoa disto, no G1, o município de Presidente Prudente, que acessou mais de R\$ 23 milhões (7,17%) e firmou 1.138 contratos (2,71). O que se deve destacar é o valor médio dos contratos, sendo o maior de toda a região (R\$ 20.537,05). Além da relevância da agricultura familiar em si, com 5,51% (BRASIL/IBGE, 2009), este

fato pode estar relacionado à presença de agricultores mais capitalizados. O município é sede regional (com 35,57% da população do Pontal), e possui alta concentração populacional, sobretudo na área urbana (98%), (BRASIL/IBGE, 2009). Diante de suas características, Presidente Prudente exerce forte influência sobre os demais municípios da região, na dinâmica das atividades econômicas, concentrando atividades ligadas à educação superior, infraestrutura de saúde, serviços e lazer. É plausível que seus agricultores familiares sejam mais capitalizados, até por ter localização privilegiada em relação ao principal centro urbano regional.

Na sequência, fechando o G1, estão Presidente Bernardes (6,20% dos recursos e 6,72% dos contratos) e Santo Anastácio com 5,22% dos recursos e 3,93% dos contratos. Embora com características distintas, estes dois últimos têm, como elemento comum a relevância da agricultura familiar. O primeiro conta com 897 estabelecimentos, ou 7,26% do total de estabelecimentos de agricultura familiar do Pontal (BRASIL/IBGE, 2009), além de significativa presença de famílias assentadas, com 265, ou 4,23% (DATA LUTA, 2014). Santo Anastácio, embora não tenha assentamentos, possui 545 estabelecimentos da agricultura familiar, sendo o oitavo município da região, representado por 4,41%.

O que se observa no G1 como um todo, é a significativa presença da agricultura familiar, onde os seis municípios somam 43,04% dos estabelecimentos do Pontal conforme, Lei 11.326/2006 ou Lei da agricultura familiar (BRASIL/IBGE, 2009). Além disto, quatro desses municípios somaram 50,58% das famílias assentadas na região (DATA LUTA, 2014).

Por um lado, o crédito estar concentrado nestes municípios (G1), que são os municípios com maiores representantes da agricultura familiar na região quanto ao número de estabelecimentos. No entanto, a concentração dos recursos, e dos contratos não é proporcional. Tal fato é evidenciado ao analisar o grupo G3, ou seja, os municípios que firmaram menos de 2% dos contratos e captaram menos de 2% dos recursos cada um (Tabela 2).

Os 15 municípios do G3 somados receberam 14,50% dos recursos do PRONAF na região, ao passo que possuem 20,13% dos estabelecimentos da agricultura familiar (BRASIL/IBGE, 2009) e 4,20% das famílias assentadas. Ao observar o G3 em número de contratos, este é composto por um número ainda maior de municípios (17), que firmaram 15,09% dos contratos do Pontal. Estes possuem 2,39% das famílias assentadas e 23,41% dos estabelecimentos da agricultura familiar.

No geral, observa-se que os municípios com presença de assentamentos rurais são os que captaram mais recursos e firmaram mais contratos (enquadrados nos grupos G1 e G2). Destes municípios, que mais acessaram 64,71% ou 11 municípios possuem assentamentos. Por outro lado, dos 15 municípios que menos acessaram o PRONAF (G3), apenas 4 (26,66%) têm assentamentos.

Souza (2012), ao analisar o PRONAF em nove municípios de abrangência do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, observou que a maior parte dos recursos foi destinada às localidades onde estão presentes assentamentos e não onde estavam os agricultores que nunca saíram do campo, ressaltando que este programa tem sido mais aceito e requisitado nesta região entre os assentados.

2.6 PROGRAMAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: O PAA

No caso do PAA, diferente do que ocorre no PRONAF, não foram todos os 32 municípios do Pontal que acessaram tal programa e, este número difere, também, conforme a modalidade observada. No período analisado (2011-2014), das três modalidades em operação na região, apenas a modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação) foi acessada em todos os anos. Esta se destaca tanto no montante de recursos captados, com mais de R\$ 41 milhões, no volume de

alimentos entregues, com 28.576.341 kg, bem como no número de municípios que acessaram (19 municípios representando 59,38% do total da região).

A modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque) captou recursos modestos em relação à totalidade anterior, somando em torno de R\$ 2 milhões de reais e, foi acessada por 11 municípios (ou 34,38% dos municípios da região), com ocorrência apenas nos anos de 2012 e 2013. No caso da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a modalidade menos expressiva das diversas variáveis observadas (montante de recursos, quilos de produtos, número de agricultores e número de municípios que acessaram), registrou-se ocorrências apenas em 2012, quando dois dos municípios (6,25%) captaram R\$ 321.355,00 (Tabela 3).

Tabela 3

-

Números gerais de execução e percentual por modalidade do PAA no Pontal do Paranapanema, no período de 2011 a 2014.⁶ Anexo

	Montante (R\$)	kg	Nº Agricultores	Nº Municípios	%
2011	R\$7.501.965,55	6.403.110	1853	17	53,13
2012	R\$ 10.597.306,22	8.859.930	2493	19	59,38

⁶ Os valores apresentados são nominais e não estão deflacionados.

2013	R\$8.770.597,90	5.601.484	1421	12	37,50
2014	R\$ 14.372.736,95	7.711.817	2091	17	53,13
Total	R\$ 41.242.606,62	28.576.341	7858*	19**	***

Ano	Montante (R\$)	kg	N° Agricultores	N° Municípios	%
2012	R\$1.433.970,20	560.411	1010	10	31,25
2013	R\$ 564.798,00	188.266	85	2	6,25
Total	R\$1.998.768,20	748.677	1095*	11**	***

Ano	Montante (R\$)	KG	N° Agricultores	N° Municípios	%
2012	R\$321.355,00	184.900	42	2	6,25

Fonte: MDS.SAGI, 2015.

* O mesmo agricultor pode ter acessado a modalidade em diversos anos.

** Municípios diferentes que acessaram a modalidade dentro do período.

*** % de município que acessam no ano, em relação aos 32 que compõem a região.

Nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque, observa-se significativa redução do número de agricultores do ano de 2012 para 2013 (Tabela 3). Neste período, em todo o país, o PAA sofre decréscimo no número de agricultores e montantes financeiro, quando as modalidades em questão, sob a gestão da CONAB (PAA CONAB) apresentaram queda de 65% do número de agricultores no caso da CPR-Doação; e 88% na CPR-Estoque (esta última operada por termo de cooperação MDS-CONAB e MDA, com 70% dos recursos provindos do MDA). Muito desta queda se dá por uma série de ajustes internos na Conab, mas também pela transição na forma de acesso ao programa, que passa, do modelo de convênios para o de termos de adesão, no âmbito do MDS (VALADARES et al., 2015).

Por outro lado, mesmo diante da redução dos recursos e do número de agricultores, o período (2011-2014) apresenta elevação do valor médio recebido por agricultor. Na CPR-Doação, em 2012 o valor passa de R\$ 4.250,82 para R\$ 6.172,13 em 2013 (alta de 45,20%). Tal fato se deve ao atendimento de antigas reivindicações de organizações da agricultura familiar, para que o valor da cota por unidade familiar fosse maior. A modalidade passa de uma cota de R\$ 4.500,00 para R\$ 6.500,00 (BRASIL, 2014). No caso, da CPR-Estoque, o aumento é ainda maior:

do valor médio de R\$ 1.419,77 em 2012 passa para R\$ 6.644,68 em 2013 - ou seja, aumento de 368,01%. Neste caso, não há alteração no valor da cota (R\$ 8.000,00); porém, a quantidade média de Kg entregue por agricultor, passa de 555 kg em 2012 para 2.215kg em 2013.

Das três modalidades analisadas, a CPR-Doação foi a que captou mais recursos no país desde o início da sua operacionalização. O êxito desta modalidade relaciona-se com seu princípio, uma vez que possibilita a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar (BRASIL, CONAB, 2015). Becker e Anjos (2010) destacam que a modalidade é capaz de articular demandas locais de suplementação alimentar com a produção da agricultura familiar, além de possibilitar aos agricultores a entrega de produtos que já se dispõem nas propriedades, que tradicionalmente já são cultivados (VIANA;VIEGAS, 2009).

Oliveira (2015), ao analisar as regiões administrativas do Estado de São Paulo, destaca que o maior acesso está relacionado ao caráter social da modalidade, pois atua em casos de insegurança alimentar, verificando que a CPR-Doação é mais presente nas regiões mais pobres do estado. A modalidade também é a que agrupa os segmentos mais pobres ou menos estruturados da agricultura familiar (VALADARES et al., 2015), no entanto, para Oliveira (2015) o PAA, como um todo tem ações mais restritas à parcela de agricultores mais empobrecidos, como assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e atingidos por barragens.

Tabela 4 - Distribuição percentual de recursos (R\$) do PAA nas modalidades CPR-Doação e CPR-Formação o Pontal do Paranapanema de 2011 a 2014.

CPR-Doação	Recursos (R\$)	%	CPR-Estoque	Recursos (R\$)	%
G1 (3 municípios)	R\$21.076.333,19	51,10	G1 (2 municípios)	R\$1.070.989,60	53,58
G2 (8 municípios)	R\$17.350.125,64	42,07	G2 (7 municípios)	R\$902.782,60	45,17
G3 (8 municípios)	R\$2.816.147,79	6,83	G3 (2 municípios)	R\$ 24.996,00	1,25
G4 (13 municípios)	R\$ 0,00	0,00	G4 (21 municípios)	R\$ 0,00	0,00
Total	R\$41.169.354,39	100	Total	R\$2.008.768,20	100

Fonte: MDS.SAGI, 2015.

Diante disso e das características do Pontal do Paranapanema, compreende-se a destacada presença da CPR-Doação na região, mesmo que o programa possua concentração de recursos em alguns municípios. Seguindo a mesma metodologia de análise do PRONAF, na Tabela 4, estão os municípios agrupados de acordo com a concentração de recursos. No G1, têm-se apenas três municípios, no caso da CPR-Doação. Estes, somados, captaram 51,10% (R\$ 21.076.333,19) dos recursos operados na região pela modalidade. No G2 estão oito municípios que acessaram pouco mais de 42% dos recursos (R\$ 17.350.125,64). Na soma dos municípios presentes no G1 e G2, dez representam 61,28% dos estabelecimentos da agricultura familiar na região e estão entre os 12 municípios com maior número de estabelecimentos, conforme Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL/IBGE, 2009). Além disto, registra-se também a forte presença de famílias assentadas na região, com nove dos municípios (do G1+G2) que possuem assentamentos rurais entre os dez municípios que mais acessaram o programa.

Tabela 5 - Percentual e total de recursos (R\$) do PAA nas modalidades CPR-Doação e CPR-Formação no Pontal do Paranapanema de 2011 a 2014.

Município	CPR-Doação			CPR-Estoque		
	Posição	Recursos	%	Posição	Recursos	%
Mirante do Paranapanema	1 – G1	R\$ 9.686.720,12	23,49	1 – G1	R\$ 618.993,00	30,97
Sandovalina	2 – G1	R\$ 6.030.985,50	14,62	3 – G2	R\$353.999,00	17,7
Presidente Epitácio	3 – G1	R\$ 5.358.627,57	12,99	4 – G2	R\$138.993,00	6,95
Presidente Venceslau	4 – G2	R\$ 4.213.181,90	10,22	7 – G2	R\$76.800,00	3,84
Euclides da C. Paulista	5 – G2	R\$ 2.641.305,12	6,40	2 – G1	R\$451.996,60	22,61
Teodoro Sampaio	6 – G2	R\$ 2.504.807,90	6,07	5 – G2	R\$133.998,00	6,70
Caiuá	7 – G2	R\$ 2.537.662,50	6,15	11 – G3	R\$10.998,00	0,55
Rosana	8 – G2	R\$ 2.012.335,40	4,88	6 – G2	R\$98.993,60	4,95
Santo Anastácio	9 – G2	R\$ 1.365.075,81	3,31	-	R\$ -	0,00
Presidente Bernardes	10 – G2	R\$ 1.226.891,06	2,97	8 – G2	R\$57.000,00	2,85
Presidente Prudente	11 – G2	R\$848.865,95	2,06	-	R\$ -	0,00

Rancharia	12 – G3	R\$693.477,00	1,68	9 – G2	R\$42.999,00	2,15
Marabá Paulista	13 – G3	R\$690.224,00	1,67	-	R\$	- 0,00
Piquerobi	14 – G3	R\$669.367,18	1,62	-	R\$	- 0,00
Narandiba	15 – G3	R\$325.660,15	0,79	-	R\$	- 0,00
João Ramalho	16 – G3	R\$254.090,25	0,62	10 – G3	R\$13.998,00	0,70
Martinópolis	17 – G3	R\$128.400,00	0,31	-	R\$	- 0,00
Emilianópolis	18 – G3	R\$ 38.065,86	0,09	-	R\$	- 0,00
Pirapozinho	19 – G3	R\$ 16.863,35	0,04	-	R\$	- 0,00
Total Pontal		R\$ 41.169.354,39	100		R\$ 1.998.768,20	100

Fonte: MDS. SAGI, 2015.

Na região do Pontal, em alguns municípios os assentados da reforma agrária compõem a maior parcela dos agricultores que acessam o PAA, como é o caso de Mirante do Paranapanema que na modalidade CPR-Doação, os assentados são em média, 97,81% entre os anos de 2011 e 2014 (MDS/SAGI, 2015). Como abordado, essa modalidade do PAA possibilita a entrega de produtos diversos e presentes nas propriedades. No caso dos assentados, como destaca Schmitt et al. (2014), a diversificação se configura como uma das estratégias que as famílias se valem para inserção nos mercados, tanto a diversificação produtiva, quanto em relação aos canais de comercialização.

Ao analisar a modalidade CPR-Estoque, assim como na CPR-Doação, existe concentração dos recursos em alguns municípios (11 destes). Porém, neste caso, o G1 é composto por apenas dois municípios, que receberam R\$1.070.989,60 (ou 53,58% dos recursos). Ou seja, verifica-se concentração ainda maior no G1. No G2 estão sete municípios que receberam R\$ 902.782,60(ou 45,17% dos recursos) operados na região para modalidade. Estes grupos somam nove municípios, dos quais, apenas Rancharia não figurava entre os que mais receberam recursos na CPR-Doação (Tabelas4 e 5). Já no G3, são apenas dois municípios que receberam juntamente cerca de R\$ 25 mil.

A CPR-Estoque, na maioria dos casos, funciona com adiantamento de recursos e, assim, exige que as organizações dos agricultores assegurem, por meio de outros mercados, a comercialização de sua produção para, posteriormente fazerem ressarcimento do valor contratado à Conab. Isto acaba por tornar mais seletiva sua disseminação (SCHMITT et al.,2014). Estes autores destacam que esse tipo de operação acaba partindo de organizações mais estruturadas e que possuam algum nível de experiência em atividades de comercialização.

O fato da execução da modalidade CPR-Estoque ocorrer em número menor de municípios em relação a CPR-Doação de maneira global, justificaria o reduzido número de municípios que a acessaram no Pontal do Paranapanema. Por outro lado, os locais de ocorrência devem ser observados, visto que são os que possuem mais recursos na CPR-Doação, sendo municípios que, no geral, apresentam acesso contínuo no período de 2011 a 2014 (salvo Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha Paulista que não acessaram em 2013). Diante disso, pode-se inferir que os municípios em questão, com tal continuidade no acesso e elevada captação de recursos, possuam organizações mais preparadas. Outra característica da modalidade, com possível influência no limitado acesso, é que esta pode envolver um leque menor de produtos e possuir circuitos mais longos de comercialização (SCHMITT et al.,2014).

Na Tabela 5, não estão listados os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, Nantes, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Santo Expedito, Taciba e Tarabai. Estes não acessaram nenhuma das três modalidades do PAA operadas na região no período analisado.

O PAA, em suas diferentes modalidades, mas, sobretudo, na CPR-Doação tem possibilitado aumento da renda, ampliação e diversificação dos cultivos, além de colaborar com a segurança alimentar dos agricultores familiares (DIAS et al., 2013). A ampliação do mercado institucional, pode vir a ser uma “alternativa para viabilizar a melhoria das condições de reprodução social na agricultura familiar” (BECKER;

SACCO DOS ANJOS, 2010, p.71). Cabe ressaltar também seu papel fundamental no combate à insegurança alimentar e nutricional das famílias que são atendidas com as cestas de alimentos distribuídas por meio do programa.

Oliveira (2015) apurou que, nos municípios com maior representatividade de produtores familiares (entre 60 e 80% dos estabelecimentos) é onde se destaca a participação da agricultura familiar no PAA. Comportamento semelhante é observado no Pontal do Paranapanema, onde apenas dois municípios que acessaram o PAA (ou 10,53% dos municípios) têm menos de 60% dos seus estabelecimentos rurais classificados como familiares (BRASIL/IBGE, 2009).

No caso do PAA, o fato do valor das cotas não ser atraente para agricultores mais capitalizados, justificaria o seu não acesso ao programa. Por outro lado, esta não é a condição de todos os agricultores familiares dos municípios, sendo que agricultores menos capitalizados, por vezes, carecem de outras condições que lhes possibilitaria o acesso às políticas públicas, como garantias para acessar créditos dos bancos e acesso à assistência técnica.

Grisa, Wesz Junior, Buchweitz (2014) salientam que para haver promoção da mudança no padrão de desenvolvimento agrícola, a fim de que o potencial de programas como o PRONAF seja concretizado, é necessário romper com a desarticulação deste com outras políticas públicas, como políticas de comercialização. O PAA, mesmo com a existência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é notadamente o programa de comercialização de maior destaque no momento recente do país, apesar de estudos apontarem a diminuição de sua dimensão social devido às mudanças normativas de sua implementação (VALADARES et al., 2015).

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Pontal do Paranapanema, observou-se que o PRONAF e o PAA têm mais de 50% de seus recursos captados por poucos municípios. Além disso, de fato, os

municípios que mais têm captado recursos são os que mais possuem agricultores familiares, sobretudo por assentados da reforma agrária.

Verificou-se que os recursos do PRONAF, sobretudo nos últimos anos na região, têm se destinado em especial a fomentar as atividades pecuárias. Os investimentos em pecuária são os que têm apresentado maiores valores por contrato, mas também uma elevação do número de contratos firmados. A importância da atividade também é demonstrada nos recursos captados para custeio, visto a significância dos contratos de custeio pecuário (R\$ 84.836.098,90). Neste sentido, e, embora não seja possível afirmar até que ponto os créditos recebidos estejam, de fato, contribuindo para melhoria da infraestrutura produtiva, pode-se inferir que os agricultores têm buscado aperfeiçoar as atividades pecuárias, visto que esta é a principal atividade desenvolvida pelos agricultores familiares da região e principal fonte de renda de muitos agricultores.

No caso do PAA, observou-se que praticamente metade dos municípios da região não acessaram nenhuma das três modalidades que operaram desde 2011 no Pontal do Paranapanema. No entanto, verifica-se que das quase 30 toneladas de alimentos adquiridas no período, tiveram como destino o atendimento de população em situação de insegurança alimentar, visto que, foram adquiridas via modalidade Compra com Doação Simultânea. Assim, observa-se significativa importância do PAA no atendimento dessa população. Do ponto de vista dos agricultores familiares, observou-se que o número de agricultores que acessaram o programa ainda é baixo, diante da quantidade de agricultores da região.

Diante do comportamento dos dados verificados no caso do PRONAF e do PAA, esta pesquisa abre questionamentos, em especial do baixo número de acesso ao PRONAF em muitos municípios e/ou não acesso ao PAA no período recente. É importante destacar que a presente pesquisa fez um panorama geral do PRONAF e do PAA na região do Pontal do Paranapanema através de dados secundários, sendo fundamental, para complementação desta pesquisa, a realização de outros estudos

que busquem captar o impacto destes programas de políticas públicas junto aos atores envolvidos, sejam agricultores, suas organizações ou gestores públicos.

Assim, algumas questões surgem e abrem caminhos para novos estudos, como: quais os obstáculos e entraves são enfrentados para se ter acesso a esses programas; como estes programas têm contribuído para alteração da matriz produtiva local; melhorias na qualidade de vida da população rural; verificar o impacto econômico, precisamente na renda das famílias e criação de novos mercados; e como o acesso a esses programas têm possibilitado a mudança no padrão de desenvolvimento no campo e na organização dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de. PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado. **Revista do Departamento de Geociências UEL/PR**, v. 9, n. jan/jun, p. 83-87, 2000.

BACEN. Banco Central do Brasil. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. **Quem são os beneficiários do PRONAF?** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. **Segurança alimentar e desenvolvimento rural**: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, jan./jun. 2010.

BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. pp. 93-115.

BRASIL. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da Conab em 2014. Brasília, DF, 2015.

Disponível

em:

<[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_22_16_51_14_sumario_executivo_2014_revisado_\(2\).pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_22_16_51_14_sumario_executivo_2014_revisado_(2).pdf)>. Acesso em: 02nov de 2015.

_____. **Decreto nº 7.775**, de 4 de julho de 2012 (Art.4). Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto nº 8.026**, de 6 de junho de 2013. Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm#art1. Acesso em: 23 de março de 2015.

_____. **Decreto nº 8.293**, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm. Acesso em: 23 de março de 2015.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 267 p.

BRASIL, IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 de nov 2015.

_____. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003 (Art. 19). Institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

_____. **Lei nº 11.326** de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. 25 jul 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 06 de mai de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003/2010. Brasília: MDA, 2010.

CARMO, J.G. **O PRONAF nos municípios de Caiuá e Teodoro Sampaio – SP**. Presidente Prudente, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1974).

DATALUTA. Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório de 2013**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP Presidente Prudente, 2014.

DELGADO, G.C. CONCEIÇÃO, J.C.P.R; OLIVEIRA, J.J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **Texto para a discussão nº 1145**, Brasília (DF): IPEA, 2005.

DIAS, T. F. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p.100-129, 2013.

FERNANDES, B.M.; RAMALHO, C. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. **Estudos Avançados** nº 43. p. 239-254, 2001.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, p. 45-68, 2013.

GRISA, C et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, n.13, p.137-170, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GRISA, C., WESZ JR., V.J.; BUCHWEITZ, V.D. **Revisitando o PRONAF: velhos questionamentos, novas interpretações.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v.52, n. 2, 2014.

HESPANHOL, A. N. O Programa de Microbacias Hidrográficas no contexto da agropecuária no Pontal do Paranapanema – SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 2010a, Campo Grande. **Palestra**, Campo Grande – MT, 2010a. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/779.pdf>>. Acesso em: dez de 2015.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998.

MATTEI, L. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte (MG), **Anais...** Belo Horizonte (MG): SOBER, 2011.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. In: **Cadernos do CEAM**, UnB, v. 7, 2007, p. 33-44.

MAZZINI, E. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação

em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

MCR, Manual de Crédito Rural. Brasília, 2014, **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. pp. 102-128. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/Manual/MCR.pdf>>. Acesso em: 26 set 2014.

MEDEIROS, L. S. Sem terra, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

OLIVEIRA, G. A. S. **Indicadores de concorrência**. Departamento de Estudos Econômicos. Brasília: DEE, 2014. (Documento de Trabalho Nº. 001/14). OLIVEIRA, J. A. **Políticas públicas para agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil**. Rio Claro, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

REZENDE, G.C. de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. Rio de Janeiro: IPEA: maio/1999. 22p. (Texto de Discussão n.648).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME- MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. **PAA DATA** - dados 2011, 2012, 2013 e 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 02 nov 2015.

SÃO PAULO. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva. **Assentamentos**: situação quanto à localização municipal. 2014. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>. Acesso em: 02 nov 2015.

SCHMITT, C. J.; GUIMARÃES, L.A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v.5, n.2, p.7-13, 2008.

SCHMITT, C.J. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS, 2014, p. 152-184.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Sistema de Informações Territoriais – SIT. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TC&modo=0>. Acesso em: 02 nov 2015.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SOUZA, C.S. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na Região de Presidente Prudente**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Presidente Prudente, 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos).v. 1, 2 e 3, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009. Tese de livre docência.

TONNEAU, J.P.; AQUINO, J.R.; TEIXEIRA, O.A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 22, n.o 1, p.67-82, jan./abr. 2005.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano. 18, n. 26, ed. Especial, p. 10-27, 2015.

VALADARES, A.A. et al. Desenvolvimento Rural. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2015, p. 353-428. (Boletim BPS, n. 23).

VIANA, C.; VIEGAS, G.L. PAA - Evolução das Operações. In: Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura e Abastecimento Alimentar. **Políticas Públicas e Mercado Agrícola**. Brasília: CONAB, 2009, p. 146-154.

WANDERLEY, M. N. D. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

3 O IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP

Resumo: Na década de 1990, a agricultura familiar passa a ser reconhecida pelo Estado brasileiro, a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, na década seguinte, a conquista do segmento que se evidencia, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, teve, como principal foco, prover acesso aos alimentos às populações em insegurança alimentar e nutricional, mas também, atua no incentivo da agricultura familiar, promovendo a inclusão social e econômica. Embora atenda toda a diversidade da agricultura familiar, o programa tem neste universo públicos prioritários, como são os assentados da reforma agrária. No município de Mirante do Paranapanema-SP, a agricultura familiar é quase que exclusivamente representada por assentados, e neste sentido, este capítulo, objetivou analisar o impacto do PAA, no tocante a dependência dos agricultores ao mercado institucional proporcionado pelo programa, além de verificar a influência

que o programa teve na matriz produtiva e na geração de renda bem como na organização coletiva dos agricultores. Além de fontes secundárias para dar suporte a pesquisa, realizou-se entrevistas e aplicação de formulário junto a agricultores e membros do poder público. Verificou-se que, o programa tem avançado no estímulo a produção e diversificação dos lotes onde são implantados, bem como na organização dos agricultores, mas de fato, seu principal impacto está na ampliação da comercialização de alimentos pelos agricultores.

Palavras-chaves: mercado institucional – assentamentos rurais – segurança alimentar – Pontal do Paranapanema.

3.1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, em resposta às pressões do movimento sindical rural, os agricultores familiares são legitimados pelo Estado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual nasce com finalidade de prover crédito e apoio institucional aos pequenos produtores rurais (SCHNEIDER, 2003). O PRONAF com constância, em termos de ampliação de recursos financeiros disponibilizados e agricultores familiares beneficiários, é a política agrícola de maior envergadura a atender estes agricultores no país (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

Após este reconhecimento pelo Estado da agricultura familiar como categoria social e política e a conquista do PRONAF como um dos passos mais importantes na abertura para outras políticas públicas, entre outras políticas, no cenário nacional ganha destaque o Programa de Aquisição Alimentos (PAA).

Instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2003; 2012),

o PAA, surge como uma das ações do Programa Fome Zero (PFZ) como estratégia ligada a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O PFZ, que tinha em seus objetivos “promover a segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da pobreza” (MATTEI, 2007, p.4) em seu interior, atuou a partir de três níveis de ação, sendo as políticas estruturantes, específicas e locais, sendo o PAA uma das políticas estruturantes (MULLER, 2007).

O PAA, entre suas finalidades, traz o incentivo à agricultura familiar, por meio da inclusão social e econômica, fomentando sua produção e o incentivo ao consumo e valorização dos alimentos por ela produzidos, além de, promover acesso a alimentação as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e constituição de estoques públicos de alimentos (BRASIL, 2012).

Na sua trajetória, o programa é marcado pela inovação. Campos e Bianchini (2014, p.17) atribuem esta inovação principalmente na sua atuação sobre “duas faces da mesma moeda”, ao ter como alvo o fortalecimento da agricultura familiar, por um lado, e a promoção da segurança alimentar de outro, onde, de forma indissociada e simultânea partindo do mesmo recurso financeiro, compra alimentos para fortalecer os agricultores familiares, mas também promove acesso à alimentação a pessoas em insegurança alimentar. O PAA “trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-se explicitamente com a segurança alimentar e nutricional” (GRISA; PORTO, 2015, p. 163). E, a criação do programa sinalizava um novo estágio de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, em especial quanto à comercialização, ao instituir, instrumentos de aquisição de alimentos com base em preços de referencia diferenciados para estes agricultores. Neste sentido, o programa criou condições necessárias para o Estado atuar no mercado de produtos agrícolas para além de exercer efeito regulador sobre os preços regionais, mas a partir de um tratamento diferenciado para agricultores familiares, buscou reforçar sua autonomia frente a “atravessadores” e agentes do mercado (SCHIMTTI, 2005).

O programa se materializa na execução de seis modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação); Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque); Compra Institucional; Aquisição de Sementes; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA-Leite)⁷. Os recursos operados pelo programa são originários dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA) e a execução atribuída a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

Sobre responsabilidade da Conab estava à análise, aprovação e repasse dos recursos para associação ou cooperativa, mediante a alguma espécie de contrato formalizado, sendo que neste, fica determinado tipos de produtos, quantidades e período de vigência (PORTO et al., 2014). Dentre as modalidades, sobretudo a CPR-Doação, no âmbito do PAA Conab, a partir de 2013, uma nova estratégia de execução com reorientações normativas e administrativas passou a ser conduzida pelo MDS no PAA. Este conjunto de mudanças, sobretudo na substituição do modelo de convênio por modelo centrado nos termos de adesão, sinalizava a redução do papel da Conab no programa, e atribui mais ênfase ao PAA Estadual e PAA Municipal (VALADARES; SOUZA, 2015).

Diante do universo do contingente de agricultores familiares no país, apesar da pouca cobertura do programa, ele tem avançado na geração de renda, sustentação de preços aos agricultores e na segurança alimentar e nutricional (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015). A participação destes agricultores familiares é condicionada a posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), este documento identifica os agricultores enquadrados a partir dos critérios do PRONAF, que utiliza como base a Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006 que define agricultor familiar, aquele que, não detenha área superior a quatro módulos fiscais;

⁷ PAA-Leite é operacionalizado apenas na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais.

utiliza mão de obra predominante da própria família; tem percentual mínimo da renda familiar proveniente das atividades econômicas do estabelecimento; e, o estabelecimento deve ser dirigido pela sua família (BRASIL, 2006).

Entre 2003 a 2015, dos 5.570 municípios brasileiros, em 2.700 a Conab já havia operado o programa, com montante de recursos R\$ 3.634.808.802. Tais recursos possuem demanda variável quanto à distribuição, para 2015, a região Nordeste (32%) acessou a maior montante de recursos, seguida por Sudeste (27%), Sul (19%), e captando menos recursos, estava a região Norte (12%) e Centro-Oeste (10%). Esta distribuição é reflexo direto de características próprias de cada região, seja em organização social ou acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou representantes legais (BRASIL. CONAB, 2016).

No decorrer dos anos, a participação da agricultura familiar tradicional é central, visto que também, está presente em maior proporção no país. Em 2010, agricultores familiares tradicionais eram 85% dos fornecedores no programa, e em 2015, representavam 66%. Essa diminuição se dá pelo aumento da participação de outras categorias como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, mas, sobretudo de assentados da reforma agrária. Em 2010, os assentados eram 10% dos fornecedores, em 2013, 31% e em 2015 eram 21%(BRASIL. CONAB, 2016).

A importância da participação dos assentados da reforma agrária tem maior destaque e relevância em alguns contextos. No capítulo anterior, ao analisar os programas PRONAF e PAA, no contexto da região do Pontal do Paranapanema, verificou-se que montantes significativos de recursos foram em grande parte captados por municípios com a presença de assentamentos rurais, no caso do PRONAF, mas sobretudo no âmbito do PAA. Verificou-se ainda que, o município de Mirante do Paranapanema é o primeiro na captação de recursos e significativo número de acesso de agricultores, sendo a agricultura familiar deste município, basicamente formada por assentados.

Assim como o capítulo anterior buscou apresentar um panorama geral da região quanto ao acesso a políticas públicas, este capítulo da dissertação tem como objetivo geral analisar o impacto do PAA no município de Mirante do Paranapanema, especificamente no tocante a dependência dos agricultores ao mercado institucional proporcionado pelo programa, e, também, analisar as influências do acesso ao programa na alteração da matriz produtiva, na geração de renda e na organização coletiva dos agricultores.

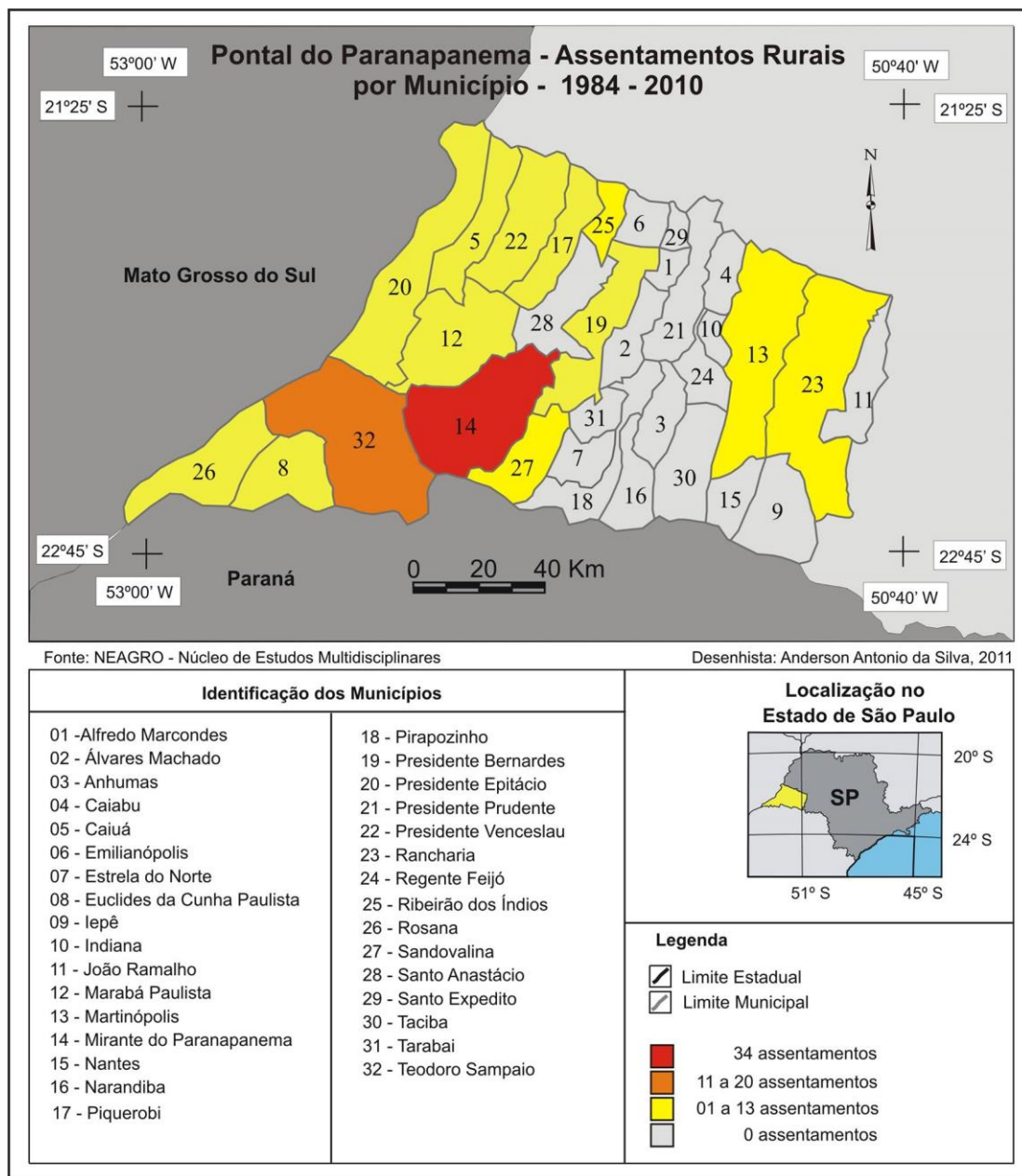
O artigo está estruturado, além desta introdução, em mais seis seções. Na primeira seção apresenta-se uma caracterização da área de estudo, bem como os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa. A segunda seção aborda-se a evolução do PAA no município de Mirante do Paranapanema, e as principais mudanças que ocorreram na operacionalização do programa na localidade. Na terceira seção, análise os impactos do programa na produção, diversificação e alteração da matriz produtiva. A quarta, apresenta a atuação do programa como canal de comercialização e fonte de renda. A quinta seção, destaca como o programa influi sobre a organização coletiva onde está presente. Por fim, estão as considerações finais do presente artigo.

3.2 METODOLOGIA

3.2.1 Área de estudo

O estudo teve como área, o município de Mirante do Paranapanema, presente na região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo (Figura 2). Em 2010, conforme último Censo Demográfico, o município possuía 17.059 habitantes, sendo que 41% residiam na área rural (BRASIL. IBGE, 2010). O último Censo Agropecuário aponta a forte presença da agricultura familiar no município, com 79,49% do total de estabelecimentos, ocupando 37,46% da área (BRASIL. IBGE, 2009).

Figura 2 – Pontal do Paranapanema: assentamentos rurais por município.



Fonte: NEAGRO (2011).

A região do Pontal, conhecida nacionalmente pelos conflitos pela posse da terra, tem em seu histórico o extermínio dos índios que a habitavam (LEITE, 1998) além das experiências de luta pela terra entre posseiros contra grileiros

(FERNANDES, 1996). Tem no seu histórico também um dos maiores processos de grilagens de terras da história do Brasil, mas “a resistência dos trabalhadores durou mais tempo que a grilagem, de modo que o Pontal sempre foi à região com o maior número de conflitos do estado” (FERNANDES, 1999, p. 58).

O processo de transformação de latifúndios em assentamentos rurais, marcado por inúmeros conflitos entre latifundiários e sem-terra na região, se intensifica com as ocupações em Mirante do Paranapanema na década de 1990, cujas terras, haviam sido julgadas devolutas em 1947, onde então, os sem-terra conseguem colocar a questão da devolutividade das terras na pauta política (FERNANDES; RAMALHO, 2001). No município ocorreu o maior número de ocupações de terras da região, um total de 173 ocupações entre 1988-2013, sendo implantados 35 assentamentos rurais no período, onde vivem 1.698 famílias ou 27% das famílias assentadas no Pontal (DATALUTA, 2014). Assim, diante da importância dos assentamentos, documentos da Prefeitura Municipal trazem a legenda de Capital da Reforma Agrária.

No município, os assentamentos possibilitaram uma exceção segundo Souza e Bergamasco (2008) ao que foi classificado como reforma agrária em migalhas por Neves (1997), visto que não alteravam a estrutura fundiária das regiões com as pequenas áreas que são reformadas. No entanto, em Mirante os assentamentos foram capazes de alterar esta estrutura. Fernandes e Ramalho (2001) destacam também, o importante impacto causado na distribuição geográfica da população, pois, onde antes havia latifúndios, hoje há pequenas unidades familiares e novas comunidades.

Nas últimas três décadas, avanços significativos foram observados no município quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁸. Em

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, é composto por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (PNUD, 2013).

1991 o IDMH era 0,496 e em 2010 o IDMH foi de 0,724, o que coloca Mirante na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). No entanto, no contexto do Pontal do Paranapanema, Mirante é o município que possui o maior percentual de população extremamente pobre (6,41%) e de pobres (16,71%), além de 36,11% da população em situação de vulnerabilidade a pobreza em 2010 (PUND, 2013)⁹.

3.2.2 Coleta de dados e Plano Amostral

No primeiro momento, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, onde se tomou conhecimento das configurações do PAA, bem como, identificação dos atores envolvidos na operacionalização do programa em Mirante do Paranapanema-SP. Posteriormente a tal identificação, foram realizadas, em fevereiro de 2016, entrevistas semiestruturadas com secretário da agricultura e assistente social, responsável pelo acompanhamento do funcionamento do Banco de Alimentos Municipal (ponto de recebimento dos alimentos), ligado a secretária da Assistência Social.

Junto aos agricultores, as informações foram captadas por meio de formulário, visto que este, diferentemente do questionário, tem roteiro de questões preenchido pelo entrevistador, e assim, além do contato face a face, é possível obter informações mais complexas e úteis (MARCONI; LAKATOS, 2003). A seleção dos entrevistados se deu mediante tabulação prévia dos dados disponíveis da plataforma PAA Data, a qual está vinculada a Secretária de Informação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS. Optou-se por esta plataforma por apresentar dados desagregados, seja de executores (Conab, estados e municípios), fornecedores

⁹ Extremamente pobres e pobres, respectivamente equivalem à renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais e R\$ 140,00 mensais em agosto de 2010 (PNUD, 2013).

(agricultores familiares) ou consumidores (pessoas em situação de vulnerabilidade que recebem os alimentos) (MDS. SAGI, 2016).

Os dados na plataforma estão disponíveis após 2011 e, visto que estes são constantemente atualizados com a execução das propostas aprovadas, e que dados de 2015 estão sujeitos a mais alterações, optou-se pelo recorte temporal de 2011-2014. Das três modalidades que houve participação do município no período, analisa-se a CPR-Doação, já que esta modalidade cobre todo período de análise.

A seleção dos agricultores ocorreu de forma a aferir as hipóteses, assim sendo, os dados da plataforma passaram por tratamento prévio direcionado. Partiu-se das hipóteses de que os agricultores que participaram do PAA no município: 1) os foram estimulados a diversificação produtiva, incidindo na alteração da matriz produtiva, mas também de consumo dos agricultores; 2) estão organizados em associações ou cooperativas, e tal fato pode ter contribuído na organização coletiva para além do programa; 3) considerem o programa como a principal fonte geradora de renda e canal de comercialização utilizado para escoamento da produção. Isto pode ocasionar vulnerabilidade em caso de extinção do programa.

De acordo com os dados presentes na plataforma, verificou-se que das diferentes 29 organizações (28 associações e uma cooperativa) que tiveram projetos entre 2011-2014, oito organizações tinham projetos novos nos três primeiros anos. Assim, a presente pesquisa se balizou em especial pela terceira hipótese, e partindo da suposição de que, esses agricultores que não participaram em 2014, poderiam estar “contanto” com sua participação. Pode-se verificar, portanto, que a não concretização desta participação em 2014, teria o efeito de “extinção” do programa para eles, assim, essas oito associações foram selecionadas (ver Tabela 6). Também foram entrevistados membros da direção das organizações.

A Tabela 6 mostra a relação de organizações e agricultores participantes no período 2011-2013. A seleção da amostra considerou os agricultores que participaram como fornecedores nos três anos (2011, 2012 e 2013), o que totalizou

80 agricultores, destes, foram selecionados os participantes em todo período, pois, se um agricultor inicia a participação em 2013 e, a não participação em 2014, não teriam forte relação de dependência desta renda do programa. Neste sentido, verificou-se que, 80 agricultores acessaram todos os anos.

Tabela 6 - Fornecedores por organização no período de 2011-2013.

Organizações	Fornecedor/ Ano			Fornecedor Diferente	Fornecedor todos/anos	Formulários aplicados
	2011	2012	2013			
Associação Comunitária de Produtores Rurais dos Assentamentos Flor Roxa e Washington - A.C.P.R.	24	34	32	42	15	6
Associação de Moradores Produtores e Assentados e Reforma Agrária Roseli Nunes - AMPARAR	24	33	46	71	5	2
Associação de Produtores Rurais Assentados Oeste	19	22	25	32	13	5
Associação de Produtores Rurais Direitos Iguais - Associação Direitos Iguais	12	21	21	27	9	4
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Carmem	30	30	19	40	10	4
Associação Força Feminina do Município De Mirante Do Paranapanema	12	39	60	73	8	3
Associação Pontal Verde 70 por Cento do Assentamento Santa Apolônia	15	19	28	37	8	2
Associação União do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema	14	22	29	43	12	5
Total	-	-	-	365	80	31

Fonte: MDS. SAGI, 2016.

Partindo desta população finita, ou seja, quando o número de elementos que compõem a população é conhecido, realizou-se o cálculo da amostra considerando o nível de confiança de 95%, sendo o valor de Z 1,960, e adotando-se erro de 1,00 fornecedor ano com desvio padrão amostral de 3,21, conforme Montgomery, Runger e Hubele (2011). Teve como recomendação, o número de 27 entrevistas. Este

número equivale a 34% dos agricultores, assim, optou-se pela amostragem de 34% dos agricultores de cada organização. No Quadro 1, observa-se em detalhe função e descrição.

Quadro 1 – Função, população finita.

$n = \frac{z^2 \cdot \sigma^2 \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + z^2 \cdot \sigma^2}$	
e	- margem de erro do valor que se estima para um parâmetro populacional, média, variância, desvio padrão, etc..... É também conhecido como erro de estimativa.
N	- número de valores que compõem uma população finita.
n	- número de observações que se fez de uma população para compor uma amostra, ou seja, o tamanho da amostra tomada da população que se está pesquisando.
z	- representa a variável aleatória normal padrão, ou seja, $z \sim N(0, 1)$, que por não depender de parâmetro desconhecido facilita os cálculos.
σ	- desvio padrão populacional.
s	- desvio padrão amostral.

Fonte: MONTGOMERY; RUNGER; HUBELE, 2011.

Porém, foi possível realizar 31 entrevistas, sendo que 27 formulários constituem número mínimo a serem aplicados. Neste sentido, os quatro formulários a mais, diante de uma população variada, aumentam o grau de precisão sobre os dados pesquisados. Assim, os formulários aplicados representaram 35% de cada organização. A aplicação dos formulários com agricultores e entrevistas com membros da direção das associações ocorreram nos meses de maio e junho de 2016.

3.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA EM MIRANTE DO PARANAPANEMA

Nesta seção 3.3 são apresentados os impactos do PAA no município de Mirante do Paranapanema, especificamente o impacto do programa na produção, diversidade e alteração da matriz produtiva, seguida pela análise de como o PAA tem atuado como canal de comercialização e fonte de renda para os agricultores que o acessam e ainda, as implicações do programa na organização dos agricultores no município.

Inicialmente, no item 3.3.1, é apresentado breve relato das operações do PAA antes do período analisado (2011-2014), além da apresentação das principais mudanças ocorridas na operacionalização do programa no município (item 3.3.2) e números gerais de execução do programa (recursos, fornecedores, atendimentos e alimentos) no item 3.3.3.

3.3.1 As primeiras operações do PAA em Mirante do Paranapanema

Em 2003, primeiro ano de operação do PAA no país, já se nota a participação do município de Mirante. No início, a participação se deu por meio de duas modalidades, onde, CDAF teve acesso em 2003, 2006, 2007 e 2009, além da modalidade CAAF, em 2003 e 2004, ano que é nacionalmente suspensa. Esta última, modalidade CAAF, naquele momento fazia parte de uma estratégia traçada a priorizar os assentados, contava com acesso por grupos formais e informais, onde 1/3 dos contratos do Pontal foram firmados com assentados de Mirante (MOAL, 2013). No entanto, por ser extinta, ocorre no país uma redução no acesso das famílias assentadas ao programa, mesmo essas podendo acessar as demais modalidades (SCHIMITT et al., 2013).

Em 2005, ocorre na região os primeiros acessos a CPR-Estoque que ocorrem por parte de organização do município vizinho (Euclides da Cunha

Paulista), mas contou com a participação de agricultores de Mirante, fato que volta a ocorrer em 2009.

A CPR-Doação, veio a ser acessada em 2006, porém por poucos agricultores de Mirante, que como no caso anterior, também teve acesso por meio de organização de município vizinho (Sandovalina), assim como em 2007. Em 2008, de fato ocorrem às primeiras operações por meio de organizações proponentes de Mirante para modalidade. Houve acessos também em 2009 e 2010, sendo, nestes anos, considerável o aumento da participação de agricultores do município (MOAL, 2013). Sem deixar de reconhecer a significância do programa, Mazzini e Oliveira (2010) salientam que frente ao universo da agricultura familiar na região, até este momento, os resultados atingidos pelo PAA eram incipientes.

3.3.2 O PAA e as mudanças na operacionalização após o ano de 2011

No período de 2011-2014, sob operação da Conab, a participação do município ocorreu por meio da CPR-Estoque e CPR-Doação. A primeira foi acessada em 2012 e 2013, a segunda, esteve presente em todo o período. Em ambas as modalidades, o município destaca-se no cenário regional, mas sua expressividade se dá de fato na CPR-Doação, seja quanto ao número de agricultores participantes, volume de alimentos ou montante de recursos operados. Esta modalidade, sendo objeto desta pesquisa, é detalhada a seguir.

Após o ano de 2011, Mirante apresenta uma expansão quanto a participação no PAA, tanto no que diz respeito a agricultores participantes e alimentos adquiridos, mas também ocorrem alterações importantes na estrutura de funcionamento do programa no município, sobretudo na gestão do recebimento e distribuição dos alimentos.

Em 2011 e 2012, os produtos eram entregues pelos agricultores diretamente nas entidades cadastradas, como associações beneficentes, comunitárias ou de

moradores, além de uma creche/pré-escola e do fundo social municipal, mas principalmente instituições religiosas. Em parte, as entregas recebiam apoio logístico da Prefeitura Municipal, por meio de veículos da Secretaria da Agricultura, como caminhão. No entanto, frente a necessidade de se estabelecer maior controle, quanto a qualidade e quantidade dos produtos, ainda que este ocorresse por parte das entidades e também por meio da fiscalização da Secretaria da Agricultura, criou-se uma central de recebimento.

Está previsto no manual Operativo da modalidade CPR-Doação, operada por meio de termo de adesão, a instituição de Centrais de Recebimento e Distribuição de Alimentos do PAA, onde estas, além de servirem de base para o recebimento dos alimentos entregues pelos agricultores e posterior distribuição às unidades receptoras, visto que não é permitido o estoque dos produtos, são responsáveis por realizar o controle da qualidade, quantidade e tipos de produtos entregues (BRASIL. MDS, 2014). O manual sugere ainda que, as unidades receptoras ou entidades beneficiadas, preferencialmente, retirem os alimentos no espaço da central de recebimento.

Esta central, o Banco de Alimentos¹⁰, passou a funcionar já em 2013 e, como as Secretarias de Agricultura e de Assistência Social executam um trabalho articulado na gestão do programa no município, estas foram fundamentais para início das atividades e manutenção desta estrutura de recebimento, quanto poder público. O funcionamento do Banco passou por diversos ajustes desde o início. Operava apenas uma vez por semana na distribuição de alimentos e nos demais efetuava pesagem e repasse dos alimentos para as entidades cadastradas, que

¹⁰ Um Banco de Alimentos, como equipamento público de alimentação e nutrição, nos termos do que pontua o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), possui função de intervir no abastecimento, processamento, armazenamento e distribuição de alimentos, por meio da interlocução, entre outros, com programas como o PAA. Neste sentido, atua como “entrepasto para captação, armazenamento e distribuição de gêneros provenientes da agricultura familiar para atendimento alimentar e nutricional de entidades sociais assistidas pelo Estado” (CONSEA, 2010, p. 143).

continuavam a distribuir para as famílias, e, além disso, foi alterada sua estratégia distribuição frente a reclamações de não recebimento de algumas famílias e denúncias de duplo recebimento por outras. Em 2014, o recebimento dos alimentos e a distribuição foram totalmente centralizados no Bando de Alimentos.

Na trajetória de implantação do Banco, a realização de ajustes foi um processo de aprendizado constate como destacou em entrevista, a assistente social responsável pela central, pois exigiu a compreensão de todos os atores envolvidos (como a equipe envolvida na recepção e distribuição dos alimentos), da equipe que atua pela secretaria da agricultura, das famílias atendidas com alimentos, como dos agricultores e das organizações das quais fazem parte.

As declarações do secretário da agricultura e da assistente social pontuam que, entre os principais ganhos da criação da central, está não apenas na fiscalização dos produtos, mas também no controle das famílias que recebem os alimentos e na diversidade das cestas de alimentos. Quanto à diversidade das cestas, se antes um produto era produzido apenas por determinado grupo de agricultores e a entrega se dava apenas em entidade específica, apenas as famílias atendidas por tal entidades recebiam este produto. Com o Banco, os produtos são divididos compondo as cestas de todas as famílias que a receberam. Neste sentido, a Tabela 7 explicita o quanto são diferentes os números de produtos entregues por associação, sobretudo em 2011 e 2012, anterior ao funcionamento do Banco de Alimentos.

Tabela 7 - Número mínimo, médio e máximo de produtos entregues por organização ao PAA na CPR-Doação em Mirante do Paranapanema, no período de 2011 a 2014.

Diversidade de Produtos	Número de produtos por organização ano			
	2011	2012	2013	2014
Diversidade mínima	12	16	21	36
Diversidade Média	29	34	41	40
Diversidade Máxima	41	51	49	47
Número de organizações participantes	15	24	14	11

Fonte: MDS.SAGI, 2016.

Quanto a distribuição e famílias que recebem, a entrega ocorre de segunda a quinta-feira para os quatro setores (cada um com uma cor) em que a cidade foi dividida, além dos atendimentos aos distritos de Costa Machado e Cuiabá Paulista. Na sexta-feira são atendidos os funcionários públicos que se enquadram nos critérios. Os critérios que passam a determinar o recebimento dos alimentos é estar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que na ocasião reforçou a atualização do cadastro. Assim, as famílias receberam carteirinhas (Figura 3) equivalentes ao setor ao qual fazem parte, contendo identificação (nome), validade (expirando em um ano), o nº do CadÚnico e da assistência municipal, e dia semanal de retirada dos alimentos.



Figura3- Frente das carteirinhas por dia da semana (esquerda) verso (direita).

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Foi estabelecido, pela assistência social que, seriam atendidas com os alimentos famílias que recebessem renda familiar inferior a três salários mínimos, como destacou em entrevista a responsável pelo Banco de Alimentos.

3.3.3 Os Números de 2011 a 2014: recursos, fornecedores, atendimentos e alimentos

No primeiro capítulo, já foi verificado como Mirante se destaca no acesso ao programa na região do Pontal. Na Tabela 8, observa-se os números de execução no município da modalidade CPR-Doação, quanto ao montante de recursos, quantidade de alimentos adquiridos (kg), atendimentos realizados a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de agricultores participantes, destacando-se a participação percentual dos assentados da reforma agrária.

Tabela 8 - Números gerais de execução da modalidade CPR-Doação em Mirante do Paranapanema/SP, no período de 2011 a 2014.

Ano	Montante (R\$)	Kg	Atendimentos	Agricultores (nº)	Assentados (%)
2011	R\$ 1.455.051,43	1.299.352	115.078	343	97,96
2012	R\$ 2.711.870,14	2.171.175	139.005	636	98,43
2013	R\$ 3.124.798,55	1.965.895	135.390	517	96,13
2014	R\$ 2.395.000,00	1.207.242	108.312	311	98,71
Total	R\$ 9.686.720,12	6.643.664	497.785	-	97,81

Fonte: MDS/SAGI, 2015.

Na Tabela 8, observa-se que em Mirante foram operados R\$ 9.686.720,12 entre 2011-2014, tal montante representa 23,49% dos R\$ 41.169.354,39 operados por 19 dos 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema. Em 2012, ano que participaram 12 municípios, foram 36% dos recursos captados pela região. Este

destaque ocorre não apenas no âmbito regional, mas também do estado, aonde Mirante chegou a acessar até 5,6% dos recursos operados (em 2012).

A partir destes recursos, foram adquiridos da agricultura familiar, 6.643.664 kg de alimentos. Os alimentos entregues no período são diversos, sendo em média 63 produtos diferentes a cada ano, distribuídos em 11 grupos, dos quais se destacam, sejam em diversidade ou quantidade, os grupos hortaliças e frutas. Para Viana e Viegas (2009), a diversidade de produtos adquiridos pelo PAA, se deve ao fato dele possibilitar que os agricultores entreguem produtos que já dispunham nas propriedades. Estes alimentos possibilitaram realizar um número significativo de atendimentos, totalizando 497.785 em todas as faixas etárias, mas principalmente na faixa de 7 a 14 anos.

Os agricultores, pela própria característica local, foram na maioria assentados (em média 97,81%). Em 2012, foi atingido o número máximo de agricultores no acesso a modalidade no município, 636 no total, com queda para 497 em 2013, mas é em 2014, quando se registra uma acentuada queda, com acesso de 307 agricultores.

Em escala nacional, a partir de 2013, o programa experimentou uma queda na evolução que apresentava, de recursos, agricultores e atendimentos realizados, uma vez que estão estreitamente ligados. O relatório executivo da Conab atribuiu esta redução a diversos fatores, como a seca no Nordeste, redução da demanda na modalidade CDAF e cancelamento de Formação de Estoque com liquidação física, além de remodelação dos normativos (BRASIL, CONAB, 2014).

No entanto, neste sentido, Valadares e Souza (2015, p. 410) destacam que as reduções observadas, decorrem menos de dificuldades pontuais de execução, mas reside no MDS, que atua como principal fonte de recursos e instância normatizadora. Além disso, a Conab como executora vem, segundo os autores, buscando conferir “um lastro mais rigoroso em termos procedimentais e legais”, pois, o crescimento expressivo do PAA nos últimos anos evoluiu no tempo, mas com relativa ausência

de uniformização de procedimentos administrativos, sendo necessário o aperfeiçoamento e padronização dos controles administrativos o que determinou a Conab um “freio de arrumação”.

Caracterização dos Produtores Pesquisados

Na seleção da amostra, buscou-se equidade entre mulheres e homens, no entanto, na pesquisa de campo, 54,84% dos respondentes são do sexo feminino, pois, por vezes a entrevista foi realizada com o cônjuge ou com ambos titulares do lote. A maioria dos entrevistados tem idade entre 30-50 anos (54,39%), na faixa de 51-60 anos estão 38,71%. Apenas 12,91% dos entrevistados eram idosos.

Visto que, no Pontal do Paranapanema os assentamentos foram implantados em áreas de pastagens antes destinadas a pecuária extensiva, o tempo que estão “na terra” é informação fundamental, pois influencia diretamente no período necessário para início e consolidação de alguns cultivos. Dos entrevistados, a maior parte (68%) está nos lotes a 16 a 20 anos, dos demais, 16% está de 11 a 15 anos e outros 16% entre 6 e 10 anos.

A assistência técnica nas áreas de assentamentos rurais na região é realizada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), sendo que, 77% dos entrevistados declararam receber durante todo o tempo assistência do órgão durante a execução dos projetos do PAA, 3% declaram ter recebido apenas no início, os outros 16% informaram não terem recebido acompanhamento neste sentido.

O transporte dos alimentos dos assentamentos até o Banco de Alimentos, em apenas 10% dos casos é exclusivamente feito com veículo próprio dos agricultores. Em 29% dos casos, os alimentos são captados por caminhão disponibilizado pela Prefeitura, o qual realiza a coleta em dia e local determinado. Porém, a principal forma utilizada conforme dos informantes é “mista” (61%), onde são utilizados tanto o caminhão, como veículo próprio, este último, sobretudo em quantidades pequenas

e quando o agricultor tem necessidade de ir à sede municipal. O suporte para viabilização do transporte por meio da prefeitura é básico para participação dos agricultores, pois além de representar um custo a menos, permite a participação de agricultores que não dispõem de veículo ou dos que necessitam percorrer distâncias maiores para realizar as entregas, ou ainda, quanto a questões de infraestrutura, como condições das estradas rurais e pontes.

Pesquisas têm demonstrado que o PAA tem impactado a realidade dos agricultores que o acessam, assim, os entrevistados foram questionados a respeito das principais mudanças ocorridas após a participação no PAA. Na Tabela 9, são observadas, por ordem de importância para os entrevistados, as principais mudanças.

Tabela 9 - Principais mudanças ocorridas após participação no PAA.

Descrição	Quant.	%
Aumento na renda familiar	25	80,65
Melhoria na qualidade de vida (moradia, trabalho, lazer,...)	23	74,19
Melhoria na alimentação familiar (quantidade, qualidade e diversidade)	20	64,52
Aumento na diversificação da produção de forma geral	14	45,16
Melhoria nas condições de trabalho no lote	10	32,26
Melhoria na infraestrutura produtiva (Construções)	8	25,81
Melhoria no rebanho	7	22,58

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A principal mudança ocorrida após a participação no programa foi o aumento da renda, citada por 80,65% dos entrevistados. Resultado similar foi observado por Schmitt et al., (2014) ao analisar o processo de implantação do PAA no contexto dos assentamentos rurais em diversos estados brasileiros, onde apuraram que, os ganhos monetários oriundos da comercialização de produtos agropecuários, eram superiores nos casos das famílias que acessaram o programa. Em Itapetininga-SP, Camargo et al., (2013) verificaram uma sensível melhora na renda das famílias de

assentados com participação no PAA. Neste sentido, pode-se observar que o PAA tem cumprido com uma de suas finalidades que é a geração de renda a agricultura familiar, como disposto no Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2011, que o regulamenta (BRASIL, 2011).

Para os entrevistados (74,19%), a segunda maior mudança ocorrida após o PAA é a melhoria na qualidade de vida. Isto se dá, em parte pelo aumento da renda, como já citado, mas também como demonstrado na Tabela 4, pela melhoria na qualidade da alimentação familiar, citada por 64,52% dos entrevistados como uma mudança após ingresso no PAA ou melhoria nas condições de trabalho no lote, citada por 32,26%.

Outro fator é a diversificação da produção, que, para os assentados da reforma agrária se configura como uma das estratégias que as famílias se valem para inserção nos mercados, tanto na diversificação produtiva, quanto em relação aos canais de comercialização (Schmitt et al., 2014). O aumento na diversificação da produção de forma geral foi citado por 45,16% dos agricultores.

Um dos efeitos desta diversificação, gerada pelo programa, é a melhora na alimentação familiar dos agricultores, citada por 64,52% dos entrevistados. Ainda na Tabela 4, a melhoria na infraestrutura produtiva (25,81%) e a melhoria do rebanho (22,58%) são mudanças citadas por parte significativa dos entrevistados.

3.4 PRODUÇÃO, DIVERSIDADE E ALTERAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA

Historicamente em toda região do Pontal do Paranapanema, a atividade pecuária está presente, seja nas médias propriedades rurais ou nas pequenas. No primeiro caso, a pecuária de corte se destaca (HESPANHOL, 2010a) e no segundo caso é a pecuária leiteira que tem maior destaque. No caso de Mirante, é explicitada a presença da pecuária leiteira, sobretudo nos assentamentos rurais, sendo a principal fonte geradora de renda (MAZZINI, 2007).

A partir da operação do PAA, a matriz produtiva dos assentamentos, antes resumida ao leite, tem passado por alterações, onde, conforme Silva (2012) a criação de mercados nas economias locais permite que as pastagens deem lugar as lavouras, e a partir da garantia da venda, muitos agricultores familiares passam a cultivar uma gama de produtos, refletindo em uma diversificada produção.

Em Mirante, tem se observado o aumento da quantidade e diversidade de produtos entregues no âmbito da CPR-Doação nos últimos anos. Em 2010, foram 118.952 kg divididos em sete produtos diferentes (BRASIL. CONAB, 2016), e, em 2011, foi entregue mais de uma tonelada de alimentos no município, divididos em 51 produtos diferentes (MDS/SAGI, 2016). Na página 75, na Tabela 7, foi observado como a diversificação da produção é uma das mudanças ocasionadas pelo PAA, segundo os entrevistados. Isto se deve, em muito a ampliação da produção antes focada no autoconsumo, agora destinada à comercialização no programa, mas também, a partir da comunicação entre secretaria da agricultura e associações de agricultores, visto que a primeira, é responsável por repassar recomendações na Conab aos agricultores, entre elas, que os projetos tragam um número diverso de produtos a serem entregues.

Mas, mesmo com uma diversidade de produtos entregues, deve-se ressaltar que alguns produtos se destacam quanto ao volume entregue, estes, são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 - Principais produtos comercializados quanto ao volume na modalidade CPR-Doação no período de 2011 a 2014 (em 1000 kg).

2011		2012		2013		2014	
Produto	Kg	Produto	Kg	Produto	Kg	Produto	kg
Mandioca	163,48	Mandioca	375,35	Mandioca	236,48	Mandioca	157,70
Abóbora	147,06	Abóbora	232,96	Abóbora	204,42	Abóbora	112,94
Milho Verde Espiga	126,69	Milho Verde Espiga	163,78	Alface	159,46	Alface	86,36
Melancia	63,95	Alface	149,55	Milho Verde Espiga	152,75	Melancia	69,02
Farinha De Mandioca	58,08	Melancia	84,14	Melancia	121,72	Milho Verde Espiga	63,63
Alface	53,81	Batata Doce	68,25	Banana	61,95	Manga	47,81
Batata Inglesa	52,76	Banana	62,23	Cheiro Verde	58,87	Banana	44,89
Repolho	42,14	Farinha De Mandioca	50,15	Manga	57,94	Feijão Comum	33,99
Banana	38,87	Cheiro Verde	45,94	Almeirão	48,95	Batata Doce	29,32
Chuchu	35,50	Feijão Comum	44,64	Peixe Tilápia	48,19	Cheiro Verde	26,64

Fonte: MDS/SAGI, 2016.

Na Tabela 10, pode-se observar que, mandioca e abóbora são, com diferenças significativas dos demais, os produtos que mais foram entregues quanto ao volume no PAA em Mirante e em todo o período analisado. Estes cultivos em especial, tem sua destacada participação justificada por dois fatores principais. Por um lado, não requerem investimentos iniciais elevados para produção, por outro, são alimentos largamente utilizados na alimentação familiar. Além dos fatores citados, no caso da mandioca, as raízes podem permanecer certo tempo no solo, o que torna o cultivo estratégico, pois o consumo e comercialização podem ser feitos em um período maior sem que haja emprego de técnicas de processamento. Diante disto, não é por acaso que a raiz de mandioca, conforme Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, em 2014, tinha 83% da produção nacional proveniente da agricultura familiar (BRASIL.MDA, 2015).

Ainda na Tabela 10, verifica-se que o milho verde espiga também tem volume significativo entregue, mesmo com redução registrada em 2013 e 2014. Nestes

anos, ganha destaque a alface, que já vinha ganhando evidência em 2012, quando foram entregues 149.550 kg. Outras culturas associadas ao cultivo em hortas como “cheiro verde”, repolho, almeirão também apresentaram volumes significativos. Do total de produtos entregues, hortaliças, juntamente com condimentos, ervas e temperos são cerca de metade dos produtos de origem vegetal entregues ao PAA no município. Mazzini e Oliveira (2010) ao analisarem o PAA em áreas de assentamentos no noroeste paulista, mas também na região do Pontal do Paranapanema em 2008, já relatavam que o aumento das hortas era visível.

Assim como, os cultivos associados às hortas, o estímulo às demais culturas decorre das primeiras operações do programa na região e, ao verificar junto aos entrevistados os cultivos que em alguma medida tiveram a produção estimulada pelo PAA, identificou-se 39 produtos. Entre os mais produzidos nos lotes, a melancia, abóbora, milho verde e maxixe foram os que tiveram as produções mais estimuladas pelo programa. No caso da melancia, dos 21 produtores, sete iniciaram a produção apenas após a participação no PAA. Abóbora e milho verde foram seis os agricultores que passaram a produzir com a inserção no programa. No caso do maxixe, cinco produtores iniciam a produção.

Além destes, em menor quantidade foram estimulados os cultivos de quiabo, berinjela e feijão verde que passaram a serem produzidos por quatro agricultores. Abacate, manga, cebolinha, alface, coco verde, acerola, couve e peixes, foram três os agricultores que deram inícios aos cultivos e produção. Nos casos das culturas da mandioca, banana, limão, mamão, cheiro verde, goiaba, laranja, jaca, almeirão, abobrinha, acelga, jiló e feijão comum, apenas dois dos produtores iniciam os cultivos como consequência do PAA. Por fim, maracujá, tomate cereja, rúcula, batata doce, pimentão verde, chicória, carambola, inhame, pimenta verde, cara e espinafre apenas um produtor passou a produzir. No caso das frutíferas, como manga e jaca, estimuladas em menores quantidades, além de necessitarem de

maior tempo para iniciar a produção, na maior parte dos casos são plantadas nos quintais nos primeiros anos no lote, para fins de autoconsumo.

Isto demonstra que, em certa medida o programa tem sido capaz de estimular a produção de alguns cultivos. Mas, devido ao fato da primeira participação dos entrevistados no PAA ter se dado em média a 6 anos, o estímulo verificado pode estar subestimado, visto que cultivos foram incorporados na produção com o passar dos anos de participação, fazendo com que parte destes, mesmo que estimulados pelo programa, passem despercebidos no momento atual.

Assim, na aplicação do formulário juntos aos agricultores, verifica-se que a principal influência do PAA sobre a produção, se dá na ampliação desta, sendo recorrente nas declarações de que já se produzia determinado alimento, mas que ocorre à ampliação da quantidade produzida, tendo a garantia da comercialização como principal justificativa, pois os produtos não seriam mais “perdidos” ou “se estragariam”. A ampliação das áreas de produção após a participação no programa foi relatada por outros estudos, como no município de Dracena-SP, onde 60% dos agricultores ampliaram a área cultivada (HESPANHOL, 2013).

As mudanças proporcionadas pelo PAA, no sentido de aumentar a diversificação e a produção, também, têm reflexo direto no planejamento da produção. Pois, embora tenha se verificado que 41,94% dos entrevistados já realizassem este planejamento antes do PAA, a maioria (48,38%) o inicia a partir da participação no programa. Apenas 9,68% dos entrevistados declaram ainda não realizar o planejamento da produção.

Diante das mudanças a partir da execução do programa, pode-se destacar como os projetos para o PAA têm possibilitado por em prática “sonhos engavetados”, como pontuam Mazzini e Oliveira (2010, p.13). Para as autoras, os estímulos do programa despertam os mais diferenciados projetos individuais e comunitários, pois, com o aumento da produção e da renda financeira, os

agricultores conseguem colocar em prática projetos pessoais, de hortas, estufas, tanques de resfriamento de leite, reformas, entre outros.

3.5 O PAA COMO CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO E FONTE DE RENDA

Além da referida diversificação e ampliação da produção causada pela participação no programa, o PAA é um canal de comercialização para o escoamento da produção dos agricultores familiares da região e, neste sentido, tem sido fundamental na comercialização de alimentos que antes não eram absorvidos pelo mercado local, mas também por possibilitar que a comercialização de pequenas quantidades fosse possível.

A cada ano, os agricultores passaram a comercializar uma diversidade maior de produtos no PAA pela modalidade CPR-Doação em Mirante, como descrito na seção anterior. Como canal de comercialização, é visível a evolução do programa no município de Mirante, onde, se em 2010, foram comercializados produtos equivalente ao montante de R\$ 122.687,91, nos anos seguintes foram movimentados mais de um milhão de reais por ano.

Entre os anos de 2011 e 2014, foram movimentados pelo programa na modalidade CPR-Doação um montante de R\$ 9.686.720,12. Na Tabela 11, observam-se em ordem decrescente, os 10 produtos que movimentaram a maior parte deste montante captado.

Tabela 11 - Produtos que movimentaram maior montante de recursos no período de 2011 a 2014 (em 1000 reais).

2011		2012		2013		2014	
Produto	R\$	Produto	R\$	Produto	R\$	Produto	R\$
Abóbora	136,79	Alface	224,32	Peixe Tilápia	258,36	Alface	168,40
Mandioca	89,92	Abóbora	214,00	Alface	245,49	Mandioca	141,93
Polvilho	85,22	Mandioca	211,89	Abóbora	207,40	Abóbora	133,72
Alface	80,71	Polvilho	135,60	Mandioca	172,01	Manga	131,61
Cheiro Verde	64,84	Peixe Tilápia	117,90	Polvilho	168,86	Peixe Curimatã	124,50
Feijão Não Especificado	61,74	Cheiro Verde	100,63	Manga	156,73	Feijão Comum	101,97
Farinha De Mandioca	58,08	Rúcula	99,88	Cheiro Verde	126,02	Feijão Verde	91,59
Quiabo	58,01	Manga	98,11	Feijão Comum	123,85	Melancia	82,82
Manga	50,72	Feijão Comum	92,33	Peixe Curimatã	123,72	Rúcula	77,96
Milho Verde Espiga	50,67	Quiabo	77,38	Rúcula	102,27	Maracujá	73,73

Fonte: MDS/SAGI, 2016.

É possível verificar, na Tabela 11 muitos dos produtos anteriormente destacados como os mais expressivos em volume de produtos (Tabela 10), como o caso da abóbora e mandioca, que movimentaram, respectivamente, R\$ 136.790,00 e R\$ 89.920,00 em 2011. Estes produtos continuaram a movimentar recursos significativos nos anos posteriores, mas não movimentam os maiores montantes, visto que possuem os menores valores por quilo entre os produtos comercializados pelo PAA em Mirante, sendo respectivamente R\$ 0,93 e R\$ 0,55 por quilo. Ao se comparar os valores da Tabela 11 com os praticados pela Conab, apenas 9,68% declaram que os preços praticados estão acima dos preços regionais. Para 35,48%, os preços são iguais aos praticados na região. A maioria, no entanto, declara que os preços estão abaixo dos praticados na região (51,61%), sobretudo no caso das hortaliças que são cobradas por quilo e no comércio geral são comercializadas em

outras medidas (“pés” ou maços), mas também no caso do pescado e aves. Apenas um agricultor (3,23%) declarou que os preços são muito abaixo dos regionais.

Mesmo diante destas declarações, por apresentar valores constantes e garantidos, uma vez estabelecidos na tabela de valores da Conab¹¹ o programa possibilita aos agricultores certa segurança, além de representar uma opção frente aos atravessadores, muito presentes nos assentamentos. Santini, Oliveira e Pigatto (2010), destacaram que, dos setores da economia, a agricultura em particular é uma atividade que apresenta maior variabilidade de preços, pois estes iram refletir a relação oferta e demanda, mas impactados pela sazonalidade, as condições climáticas e perecibilidade dos produtos. A estabilidade de preços no PAA possibilita aos agricultores não se submeterem a esta variabilidade de preços. Esta política pública, portanto, é estratégica, já que, de acordo com Bacha (2012), os agricultores enfrentam riscos de produção e flutuações de preços. Desta forma, políticas específicas como o PAA são criadas para estimular a agricultura familiar dando-lhe um apoio diferenciado devido às questões estratégicas e de interesse nacional como: ocupando o espaço territorial, garantindo suprimento doméstico de alimento e a busca por um desenvolvimento espacial mais homogêneo.

Neste sentido, tomando como exemplo a raiz de mandioca de mesa (caixa 23 kg), na Figura 4, observam-se os preços praticados no PAA¹² e no Estado de São Paulo para os anos de 2011 e 2014.

¹¹ Nesta tabela é possível verificar os valores, que são atualizados todos os anos, para os produtos que são adquiridos pelo PAA. Cabe destacar que os valores são estaduais, onde cada estado conta com uma tabela própria com valores estabelecidos regionalmente, em alguns casos. Neste sentido, pode-se destacar o caso do preço do leite que apresente significativa oscilações dentro do mesmo estado.

¹² Os valores do kg para o Estado de São Paulo, no caso da mandioca de mesa é pela comercialização da caixa com 23kg, assim, ao se dividir o valor da caixa pelos referidos quilos, tem-se o valor do kg. Assim, a Figura 4 apresenta os valores resultantes desta divisão no caso dos dados do Estado, e no PAA, apresenta-se dados disponíveis na plataforma SAGI do MDS.



Figura 4 – O preço da mandioca de mesa no PAA e no Estado de São Paulo.

Fonte: IEA/CATI – SAAESP, 2016; MDS/SAGI, 2015.

A partir da Figura 4, ficam evidentes as oscilações dos preços da caixa de mandioca praticados no âmbito estadual, mas também se observa como os preços praticados no PAA são superiores aos anteriores em quase todo o ano.

Retomando os dados da Tabela 11, a partir de 2012, a alface ganha destaque, com a movimentação de R\$ 224.320,00, sendo comercializada por R\$ 1,50 o quilo, sendo que este produto continua a se destacar nos anos seguintes. Em 2013, o fato do pescado de Tilápia apresentar destaque, movimentando R\$ 258.360,00 mesmo em quantidade menor que outros produtos, se dá pelo preço do quilo (R\$ 5,36) muito superior aos outros. Em 2014, a alface volta a sumir a ponta como produto que movimentou mais recursos.

Ainda na Tabela 11, verificaram-se produtos agroindustrializados como polvilho e farinha de mandioca. Estes, além de movimentarem significativo montante de recursos no município, são opções para agregação de valor a raiz quase sempre comercializada *in natura*.

Na Tabela 12, é possível observar os efeitos diretos sobre a comercialização dos alimentos ocasionada pelo PAA segundo os agricultores pesquisados. Nesta, observam-se os produtos que eram produzidos por pelo menos metade da amostra

e apresenta porcentagens de quantos passaram a comercializar apenas após o programa, ou seja, que não eram comercializados de forma alguma antes do PAA.

Tabela 12 - Os produtos que mais passaram a ser comercializados a partir do PAA em Mirante do Paranapanema-SP.

Nº	Produtos	Produzem		Passou a comercializar	
		Quantidade	%	Quantidade	%
1	Abóbora/Jerimum	27	87,10	21	77,78
2	Maxixe	23	74,19	21	91,30
3	Mandioca	25	80,65	20	80,00
4	Manga	23	74,19	19	82,61
5	Quiabo	21	67,74	18	85,71
6	Melancia	21	67,74	17	80,95
7	Milho Verde	20	64,52	17	85,00
8	Abacate	24	77,42	17	70,83
9	Mamão	20	64,52	17	85,00
10	Cebolinha	19	61,29	16	84,21
11	Banana	20	64,52	16	80,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dentre os produtos mais produzidos pelos entrevistados, os que mais passaram a ser comercializados foram maxixe e quiabo. O maxixe passou a ser comercializado por 21 dos 23 produtores que o cultivavam (91,30%). No caso do quiabo, 85,71% dos que o cultivavam passaram a comercializar após participar do PAA. O milho verde e mamão passaram a ser comercializados por 85% dos seus produtores e, no caso da cebolinha foram 84,21%.

Ao relacionar as tabelas anteriores, observa-se que entre os produtos que mais foram comercializados (Tabela 11), estão seis dos produtos que segundo os agricultores mais se passou a comercializar a partir do PAA (Tabela 12). É o caso da abóbora, mandioca, manga e quiabo, além de milho e melancia. Neste sentido, pode-se observar que dos produtos que mais movimentaram recursos no período, é significativo o destaque de produtos que antes do PAA não tinham sido

comercializados. Também destacam produtos como a batata doce (10 produzem), graviola (seis produzem), rabanete, repolho, feijão comum (quatro produzem), pimenta verde e caqui (três produzem), espinafre, vagem e pimenta Cambuci (dois produzem) que só passaram a ser comercializados apenas depois do PAA.

No caso das frutas acerola, goiaba e laranja são 15 os produtores, sendo que 80% ou 12 deles passaram a comercializar apenas depois. Vale destacar os casos de frutas menos comuns na comercialização, como jaca (produzida por 14) e jaboticaba (produzida por nove), que passaram a ser comercializadas em quase 80% dos casos também.

Diante disso, verifica-se que o programa além de estimular a oferta de produtos já disponíveis, tem possibilitado a valorização de produtos que antes não possuíam lugar nos mercados locais.

Anterior ao PAA, de alguma forma, os agricultores já atuavam na comercialização de alguns de seus produtos por meio de outros canais, sejam por meio de venda direta, feiras ou os atravessadores, sendo que este último perde força nos últimos anos, sobretudo com a entrada dos programas de compras institucionais.

Em média, os agricultores entrevistados, tinham 2,23 fontes de renda antes do PAA, sendo que, 54,84% deles tinham duas fontes. Após o programa, verificou-se uma média de 3,26 fontes de renda. Na Tabela 13, observa-se a porcentagem dos entrevistados conforme diferentes fontes de renda. Além das fontes de renda, foram questionados a respeito da importância desta renda em ordem crescente.

Tabela 13 - Principais fontes de renda, antes e depois da participação no PAA.

Fonte de Renda	Antes		Depois	
	Quant.	%	Quant.	%
Laticínio	31	100	29	93,55
Venda Direta	14	45,16	13	41,94
Feiras Livres	6	19,35	3	9,68
Atravessador	3	9,68	3	9,68
PAA	-	-	31	100
PNAE	0	0	0	0,00
Associação	0	0	0	0,00
Outro	15	48,39	22	70,97

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No conjunto de fontes de renda, antes da participação no PAA, à comercialização do leite para os laticínios, foi citada por todos os entrevistados como a principal fonte de renda. A venda direta era fonte de renda de 45,16% dos entrevistados, onde para 86% destes, esta era a segunda fonte de renda mais importante. As feiras livres (19,35%) e atravessadores (9,68%) também foram citados como fontes de renda. Outras fontes foram citadas por 48,39% dos entrevistados, sendo que, destas 40% eram aposentadorias, além de pensões (26,67%), auxílio doença (6,67%), trabalho fora e Bolsa Família (13,33% cada).

Após participarem do PAA, o leite ainda continua a ser a fonte de renda de 93,55% das famílias, sendo que para 68,97% destas, o leite é a renda principal. A venda direta, como fonte de renda, estava presente em 45,16% dos casos e após o PAA esta participação caiu para 41,94%. Já as feiras livres como fonte de renda, foram as que mais apresentarem queda, pois de 19,35% registrado antes, passa para 9,68%.

No caso dos atravessadores, não houve alteração, continuando a ser a comercialização para estes, uma fonte de renda para 9,68% das famílias. As outras fontes de renda tiveram aumento de 46,66%, chegando a 70,97%. Esse aumento se deu, devido a mais famílias recebendo auxílio doença (18,18%) e Bolsa Família

(18,18%). Dos demais, 36,64% eram aposentadorias, 13,64% eram pensões e trabalho fora eram 13,64%.

Depois de participarem do programa, para 12,90% dos entrevistados, o PAA passa ser a principal fonte de renda familiar, para 48,39% o programa é a segunda fonte mais importante e para 38,71 ele é a terceira fonte de renda. Deve-se salientar que, o programa atua no sentido de ser uma renda complementar, atuando para que os agricultores sejam “estimulados a buscar outras formas de comercialização” (SAMBUICHI et al., 2014, p.95).

Para entender melhor, o que a participação no programa possibilita ao agricultor comercializar, na Tabela 14, observam-se os limites das cotas por agricultor/ano para modalidade CPR-Doação, além dos valores mínimos e máximos que foram acessados pelos agricultores em Mirante, e estes valores divididos em 12 partes, simulando 12 meses de remuneração ao menos.

Tabela 14 - Valores recebidos por fornecedor do PAA, modalidade CPR-Doação em Mirante do Paranapanema, no período de 2011 a 2014.

Ano	Cota	Menor Valor	Em 12 partes	Maior Valor	Em 12 partes
2011	R\$ 4.500,00	R\$ 1.799,51	R\$ 149,96	R\$ 4.375,41	R\$ 364,62
2012	R\$ 4.800,00	R\$ 4.221,26	R\$ 351,77	R\$ 4.500,00	R\$ 375,00
2013	R\$ 6.500,00	R\$ 6.199,30	R\$ 516,61	R\$ 6.200,00	R\$ 516,67
2014	R\$ 8.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 541,67	R\$ 8.000,00	R\$ 666,67

Fonte: SAGI, (2015); BRASIL (2015).

Na Tabela 14, verifica-se que, em 2014, dentro do período analisado, foi o primeiro ano em que os agricultores acessaram a cota cheia (R\$ 8.000,00) no município. Se este valor for dividido em 12 partes, sem considerar os descontos (Conab e associações), o valor recebido seria de R\$ 666,67 por mês, ou seja, 92% do salário mínimo vigente em 2014 (R\$ 724,00). Neste sentido, pesquisas têm

apontado o valor da cota como um dos principais limitantes para a modalidade CPR-Doação (BECKER; ANJOS, 2010; HESPANHOL, 2013).

Estes valores, embora relativamente baixo, asseguram aos agricultores uma complementação de renda, se combinada a outras fontes (Tabela 13) e, como destaca Hespanhol (2013) tem sido importante na composição do orçamento familiar, além da continuidade da agricultura como principal fonte de renda.

Questões subjetivas devem ser destacadas quanto às fontes de renda. Como visto, alguns agricultores recebem aposentadoria na quantia de um salário mínimo, mas ainda assim, declararam que a renda obtida com o PAA vem “antes” em ordem de importância. Na Tabela 14, verificou-se que o valor possível de ser recebido por agricultor não chega a um salário mensal. Implicitamente, o programa como fonte de renda, por ser capaz de prover remuneração as atividades vocacionais dos entrevistados, dá valorização diferenciada a esta renda, isto, de forma alguma, desvaloriza a importância das aposentadorias, mas estas são rendas garantidas. Outra situação registrada é a comparação da renda do PAA com o que se ganha em atividades fora do lote, onde os dias dedicados aos cultivos para a venda ao PAA são comparados ao trabalho incessante do “mês inteiro” fora para ganhar valores similares.

Após apresentar as fontes de renda como destaca a Tabela 13, é importante quantificar a renda familiar dos entrevistados antes e depois da participação no PAA (Tabela 15 e a Figura 5).

Tabela 15 - Renda familiar antes e depois da participação no PAA.

Renda familiar	Antes	%	Depois	%
Até ½ salário mínimo	1	3,23	0	0,00
½ a 1salário	11	35,48	1	3,23
1 a 2 salários	15	48,39	10	32,26
2 a 3 salários	3	9,68	18	58,06
3 a 4 salários	0	0,00	1	3,23
4 a 5 salários	0	0,00	0	0,00

Mais de 5 salários	1	3,23	1	3,23
Total	31	100	31	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

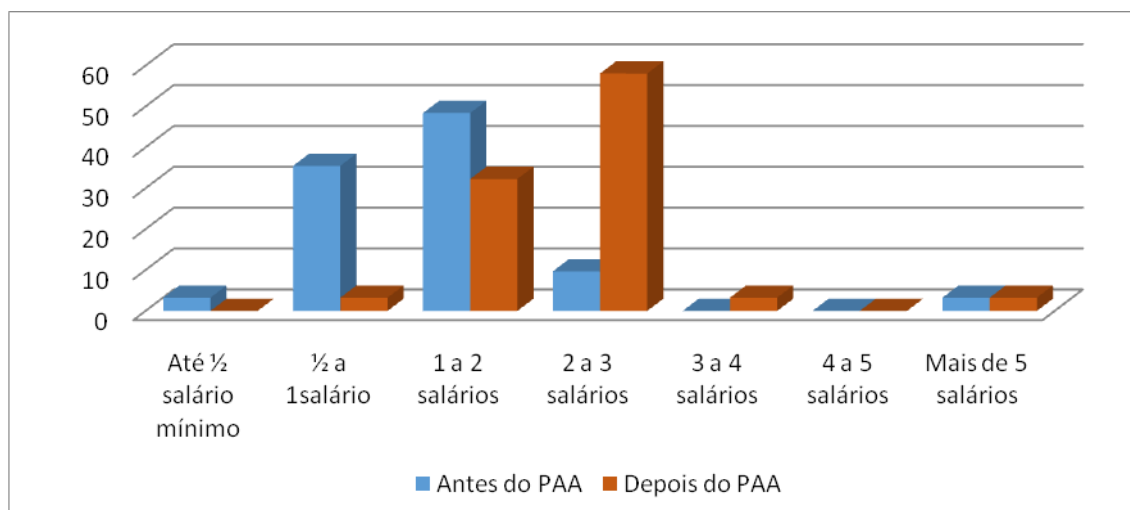


Figura 5 - Renda familiar antes e depois da participação no PAA.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na Tabela 15 e na Figura 5, verifica-se que a maior parte (48,39%) dos entrevistados tinha renda familiar entre um e dois salários mínimos antes da participação no PAA. Mas, parte significativa também declarou ter renda familiar de até um salário (35,48%). Apenas uma família tinha renda superior a cinco salários e uma família com renda até ½ salário mínimo. Dos demais 9,68%, a renda era entre dois ou três salários.

Após a participação no PAA, a maior parte das famílias apresentou renda entre dois e três salários mínimos (58,06%). A faixa entre um e dois salários, com mais declarantes antes, apresentou redução, e chega a 32,26% após o PAA. A faixa de renda até um salário, significativa antes da participação no PAA, é citada por apenas uma família depois da participação (3,23%). Renda familiar de até ½ salário não houve declaração e renda superior a cinco salários não se alterou.

Verifica-se, portanto que, no decorrer dos anos de participação a maior parte dos agricultores teve alterações das faixas de renda, mesmo sendo o valor da cota fator limitante na CPR-Doação como aponta a literatura. Estes valores são capazes de complementar a renda familiar ao se somarem a outras fontes de renda, possibilitando esta alteração. Neste sentido, apurou-se também qual o destino da renda obtida e se foi possível fazer investimentos (Tabela 16).

Tabela 16 - Destinação da renda obtida com o PAA.

A renda obtida com PAA foi investida no lote?	Quantidade	%
Aquisição de animais	15	48,39
Infraestrutura da moradia/conforto	13	41,94
Investimento agrícola	13	41,94
Infraestrutura produtiva (construções)	10	32,26
Aquisição de Máquinas e equipamentos	10	32,26
Em cursos e formação	0	0,00
Despesas da família	29	93,55
Aquisição bens domésticos (duráveis)	13	41,94
Aquisição de veículo	6	19,35

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A pesquisa apurou que 80,65% dos entrevistados realizaram investimentos com a renda obtida no PAA. Na Tabela 16, verifica-se que a aquisição de animais (48,39%) foi a área onde mais se investiu a renda obtida. Na análise das fontes de renda, já se anunciava a pecuária leiteira como atividade importante para as famílias (Tabela 13), mas, como comentado, apenas 22,58% dos entrevistados declararam a melhoria do rebanho como mudança ocorrida após participar do PAA (Tabela 9), assim, pode-se inferir que, o investimento foi no que tange reposição de animais.

O investimento da infraestrutura da moradia/conforto e investimento agrícola foi citado por 41,94% dos entrevistados como destino da renda. Em 32,26% dos casos, os investimentos foram em infraestrutura produtiva e também em aquisição

de máquinas e equipamentos. Nenhum dos informantes declarou investir em cursos e formação¹³.

Além dos investimentos citados, a renda obtida também foi utilizada para as despesas da família em 93,55% dos casos, em 41,94% na aquisição de bens domésticos (duráveis) e em 19,35% dos casos auxiliou na aquisição de veículo ou conserto.

3.6 O PAA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Em Mirante, os assentados da reforma agrária são majoritários entre os agricultores que acessaram o PAA na CPR-Doação de 2011-2014, em média 97,81%, como destacado. Diante disso, para verificar o impacto do programa na organização dos agricultores, é necessário compreender a dinâmica dos assentamentos rurais.

Anterior à formação dos assentamentos, no processo de luta pela terra, estão presentes diversos mediadores, como os movimentos sociais, setores da igreja, ONGs e agentes governamentais, mas, após a criação destes, uma nova situação é posta. A partir da criação dos assentamentos, uma nova dinâmica se instaura na vida dos assentados, “surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos”, onde são estabelecidas novas dinâmicas com esferas de fora dos assentamentos, no movimento de interação com cidades e poder público municipal, e uma “nova inserção na dinâmica política local”, como destacam Leite et al., (2004, p.111). Para além dessas “novidades”, no cotidiano da população assentada se impõem a dinâmica cultural e social vigente na região na qual se

¹³ Porém, 41,94% dos entrevistados declaram que ao menos um membro da família fez algum curso para agregação de valor à produção, sendo estes ofertados na maior parte dos casos pelo ITESP, ou deste com parceria com outras instituições, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Sindicatos e Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema-SP.

inserem, e neste cotidiano, são constantes as estratégias de reprodução da unidade familiar, os vínculos de vizinhança e parentesco, onde,

“as relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança existentes anteriormente, unidas à ação dos mediadores (sindicatos e movimentos) e do Estado, reconstróem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais” (LEITE et al., 2004, pp.111-112).

Logo, com esta nova dinâmica e contexto, novas formas organizativas surgem frente às novas demandas, para negociações com agentes do governo, visto que, no geral, as famílias são assentadas em áreas onde não se dispõem de infraestrutura mínima adequada, onde as associações aparecem como forma de representação, ainda que, surja como exigência do Estado, esta personalidade jurídica atua para obtenção de crédito e infraestrutura (LEITE et al., 2004). Não sendo incomum, após a constituição do assentamento, a formação de grupos em torno de questões específicas, como uso de tratores (D'INCAO; ROY, 1995).

Souza (2006), ao analisar as relações sociais estabelecidas entre instituições, organizações e assentados em assentamentos do Pontal do Paranapanema, presencia momentos de posicionamentos opostos dos assentados quando a participação em associações e grupos informais. Por um lado, há falta de interesse em estarem associados, possivelmente desencadeados por experiências frustradas no passado. E outro, era caracterizado pela articulação para constituição de associações formais, tendo em vista o acesso ao crédito destinado à habitação por meio da Caixa Econômica Federal, na qual, tinha como exigência que os assentados estivessem formalmente associados. Diante disso, houve mobilização para criação de novas associações e reativação das que já existentes, embora inoperantes.

Estas organizações, dos agricultores “se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados” (BARONE; FERRANTE; MACIEL, 2008, p. 14). Deve-se compreender

que, a organização em forma associativa, tem sido a alternativa encontrada para minimizar os problemas decorrentes da pequena escala (HESPANHOL, 2013). Neves (1997, p.174) também destacou esta dimensão:

A organização política sob a modalidade associativista, praticamente, visa não só à constituição da representação política, mas também, como parte deste próprio processo, dotar o assentado de condições de concorrência para fazer circular no mercado pequenas quantidades de produtos.

Ferrante, Barone e Durval (2006, p. 81) elucidam que o histórico dos grupos associativos e cooperativos que tinham como objetivo gerir recursos dos assentamentos coletivamente pode levar a pensar no fracasso definitivo dessas formas de organização, porém, ocorre que estas “se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados”. No Pontal do Paranapanema, mesmo diante do cenário de descrédito de ações coletivas e experiências conflituosas de organização social e política na região (RIBAS, 2002), tal realidade é evidenciada, pois, as associações de produtores rurais têm possibilitado experiências positivas, o que as fazem ganhar mais espaço no plano político (MARIOTO, 2013).

No âmbito do PAA, como na modalidade CPR-Doação, o surgimento dessa representação dos agricultores (as associações), assim como no caso do crédito para habitação (SOUZA, 2006), o governo federal tem induzido a organização coletiva dos agricultores, visto que condiciona a participação destes por meio de cooperativas ou associações (HESPANHOL, 2013). Neste sentido, pesquisas têm verificado a revitalização ou criação de novas organizações por meio do PAA.

Schmitt et al., (2014) ao analisarem o processo de implantação do PAA, fatores que promoveram ou dificultaram o acesso ao programa em assentamentos de reforma agrária de diferentes Estados, verificam o surgimento ou revitalização de pequenas associações. Processo semelhante foi verificado por Cavalcanti (2016) no

município de Monteiro-PB, onde houve a criação de uma associação e o fortalecimento de outra. Em Mirandiba-PE, Zimmermann e Ferreira (2008) relatam a criação de uma cooperativa e Trichese e Froehlich (2008) em Dois Irmãos-RS, a criação de associações.

O acesso ao PAA em Mirante se deu por meio de 29 diferentes organizações, no período de 2011 a 2014. Parte destas organizações tem sua origem no já mencionado caso do crédito para habitação (SOUZA, 2006) onde, para tal fim foram criadas. Em entrevista, o secretário da agricultura do município, há 12 anos na função, salienta que desde o início do funcionamento do PAA no município, tais associações adquirem novas funções, e muitas, há tempos sem funcionamento, são revitalizadas.

Também foi verificado que percentual significativo (74,19%) de agricultores que iniciaram a participação em associações se deve apenas para ter acesso ao PAA. Cabe ressaltar que estes declaram não participar de nenhum tipo de organização antes do programa. Os demais, 6,45% participavam antes do programa na mesma organização que atualmente e 19,35% participavam por meio de organização diferente da atual. Dos oito entrevistados que participavam anteriormente ao PAA, em dois casos a participação se dava como parte da diretoria e os outros seis, eram membros associados. Hoje, do total de agricultores entrevistados, 80,65% participam como membros e os demais como diretoria (19,35%).

Os agricultores foram questionados, a respeito da organização dos agricultores antes e depois o início das operações do PAA, se após a participação no programa estes estavam mais organizados. Apenas 9,68% dos entrevistados declaram que o programa não alterou o nível de organização dos agricultores. Para 51,61%, de fato, os agricultores estão mais organizados, porém esta organização está no âmbito do PAA, não influenciando em outras áreas. A organização “apenas” a fim de acessar ao programa já se constituiu em um passo importante, pois diante do

histórico de situações conflituosas na região, como citado, a participação é um novo voto de confiança, mais uma aposta no coletivo, mesmo que por estímulo externo. Oliveira e Mazzini (2010) destacam que, mesmo após passarem por várias experiências de associativismo, alguns assentados alimentavam certa rejeição devido frustrações, mas que estes conseguiram dar passos à frente e superar tal rejeição.

A organização desencadeada pelo PAA, para 38,71% dos agricultores entrevistados, ainda que inicialmente esta tenha sido estimulada atender as determinações burocráticas, influenciou outras áreas. Para eles, a principal mudança é o acesso a informações, pois ocorrem encontros e comunicação constante, o que acarreta fortalecimento de laços e confiança, possibilitando até trocas de dias de trabalhos, ou a busca pelo acesso à outros programas. Para um dos entrevistados, esse contato constante com a comunidade possibilita “abrir a mente” para novas possibilidades de investimento. Uma agricultora destacou a realidade das mulheres com o PAA, pois estas vêm a participar de espaços antes frequentados apenas pelos homens. Destacou ainda que, por não serem todas as mulheres que vão trabalhar com o leite, o programa as motiva por poder trabalhar em outra perspectiva (como é o caso das hortas e a fruticultura).

Estarem associados, portanto possibilita aos agricultores ganhos adicionais ao acessar as políticas públicas. Para Silva e Barone (2009, p.351), o associativismo para os pequenos agricultores é uma estratégia para permanecerem na terra e, diante da sua reprodução socioeconômica inviabilizada por vezes, se utilizam deste mecanismo, para transpor as dificuldades de comercializarem seus produtos sozinhos.

As organizações que participam do PAA, pelo observado no presente estudo, possibilitam aos agricultores não apenas o acesso às políticas públicas, mas acesso à informações e ao fortalecimento dos laços de vizinhança e confiança, o que, não quer dizer que estes espaços não estejam sujeitos a divergências e conflitos.

Uma das principais dificuldades pelas organizações quanto ao PAA, está na prestação de contas, que é um dos fatores que influenciam o tempo entre a entrega dos produtos e recebimento do dinheiro, ocasionando assim, conflitos em alguns casos. No caso de Mirante, observou que inicialmente os agricultores foram auxiliados por técnicos do ITESP, da Prefeitura e um agente contratado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para dar auxílio aos agricultores, por meio da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal (COCAMP). Atualmente, foi verificado se as associações contratam escritórios de contabilidade para tal função. Houve associações que prorrogaram seus projetos, pois por razões diversas alguns agricultores não conseguiram entregar produtos para que a cota fosse totalmente preenchida. Estas prorrogações implicam em conflitos, pois como destaca um dos agricultores entrevistados “as mensalidades do escritório correm dia a dia, e se não entra esse dinheiro da Conab, não tem como eu pagar, e para eu pagar a mensalidade teria de sacar do bolso”.

Neste sentido, foi verificado a extinção de uma associação após a não “contratação” de um novo projeto pelo programa, onde esta ficou impossibilitada de arcar com despesas de manutenção, em especial com o pagamento do escritório. Neste caso, os agricultores foram “distribuídos” em outras associações depois da dissolução daquela que participavam originalmente. Esta é uma situação elucidativa quanto a importância e ao ponto de dependência destas organizações em relação ao PAA, pois a renda obtida com o programa é o que possibilita a realização de outras atividades para muitas associações, inclusive possibilita seu funcionamento básico, como cobrir custos com escritório de contabilidade.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAA em Mirante do Paranapanema-SP, tem seus impactos para além da sua importância como mercado institucional, pois, para além de canal de comercialização, verificamos que o programa tem gerado renda para os agricultores, e também tem atuado como estimulador da produção e diversificação desta, além da valorização de produtos e produtores locais.

Em Mirante, a renda gerada possibilitou realização de investimentos, ainda que os valores recebidos por agricultores não sejam elevados. No tocante a renda, cabe salientar que esta, ganha ainda mais importância, visto que, a região é uma das mais pobres do Estado de São Paulo, ainda que tenha apresentado na última década, melhoria nas condições gerais, sobretudo da população rural.

Outro reflexo verificado após a participação no PAA é a melhora na qualidade de vida da população atendida, impulsionada pela melhora na alimentação, melhora nas condições de trabalho e da infraestrutura. Com o PAA, os agricultores tiveram uma possibilidade frente aos atravessadores, mas também uma renda além da venda do leite para os laticínios.

Verificou-se que, o programa estimulou a implantação e ampliação dos cultivos, visto que muitos produtos passam a serem produzidos para atender a demanda do programa. Por outro lado, a diversificação produtiva estimulada pelo PAA, também incide sobre a alimentação os agricultores, visto que, esses novos alimentos produzidos foram incorporados a alimentação familiar.

Na cidade, o programa tem possibilitado o atendimento da população em insegurança alimentar e, nos anos mais recentes, isso tem ocorrido com uma cesta de produtos cada vez mais diversificada também.

No campo da organização coletiva, por estipular que os agricultores estejam em associações e cooperativas, o programa estimulou a revitalização destas organizações, onde algumas por tempos estavam inoperantes no município. No entanto, essas associações não avançaram muito para atividades que fossem além das relacionadas ao PAA, como a busca de novos investimentos ou novos canais de

comercialização ou ainda alternativas para agregação de valor aos produtos, como agroindustrialização e fabricação de doces, licores, conservas, polvilho, farinha de mandioca ou queijos.

De forma geral, o programa tem conseguido estimular a produção e diversificação nas propriedades, a organização dos agricultores e complementação da renda, mas sobretudo na melhora na qualidade de vida.

O PAA no município, ainda que tenha apresentado os avanços citados, pode ser aperfeiçoado. Um dos problemas observados, corresponde aos atrasos no recebimento após a entrega dos produtos e falta de compreensão por parte dos agricultores do funcionamento do programa de fato, além do alcance do programa se limitar a uma parcela de agricultores apenas, o que tem fragilizado a positividade com que parte dos agricultores tem visto o programa.

Para um aperfeiçoamento do programa neste sentido, medidas como oficinas a respeito do funcionamento do programa poderiam auxiliar no esclarecimento e proporcionar melhor compreensão dos agricultores. Além de capacitações no âmbito da gestão, sobretudo para dirigentes das organizações (associações e cooperativas) no tocante a prestação de contas, fator significativo quanto ao atraso do pagamento dos agricultores. Este conhecimento, por parte dos agricultores, possibilitaria maior planejamento na execução das atividades de produção, comercialização e assim da utilização da força de trabalho disponível.

A incerteza sobre a continuidade do programa também deve ser destacada, visto que embora o programa tenha avançado nas diversas questões citadas, os agricultores vivem uma insegurança sobre aprovação de novos projetos, e sobre a continuidade do programa. E, enquanto o PAA não ter sua real importância admitida como é o caso de programas como o PRONAF, sobretudo na segurança de uma continuidade de recursos e sua expansão, a insegurança das organizações envolvidas permanecerá. Portanto, é necessário que os gestores de políticas públicas se atentem à estas questões supramencionadas.

REFERÊNCIAS

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. B.; MACIEL, M. C. Estratégias de gestão territorial: as experiências associativas dos assentamentos rurais em São Paulo em perspectiva crítica. In: **46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

BECKER, C.; ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.775**, de 4 de julho de 2012 (Art.4). Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

BRASIL. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da Conab em 2015. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1668&t=2>>. Acesso em: 10 mai 2016.

BRASIL. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: resultado das ações da Conab em 2014. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1592&t=2>>. Acesso em: 02 nov de 2015.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 267 p.

BRASIL, IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 de nov 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003 (Art. 19). Institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.326** de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. 25 jul 2006.

BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003/2010. Brasília: MDA, 2010

CAMPOS, A.; BIANCHINI, V. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 11-25.

CARMO, J.G. **O PRONAF nos municípios de Caiuá e Teodoro Sampaio – SP**. Presidente Prudente, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

CAVALCANTI, N. T. F. Diagnóstico Socioeconômico do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Monteiro-PB. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) UFSCAR/CCA, Araras, 2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA; 2010.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório de 2013**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP Presidente Prudente, 2014.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. **São Paulo: Hucitec**, 1996.

_____. **MST Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em S'õ Paulo**. 1999.

_____. RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 239-254, 2001.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DURVAL, H. C. Experiências de Reforma Agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. *Revista Lutas e Resistências*. v.1, n.1, p 76-90. set. 2006.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. **In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.

_____.; WESZ JR.; V.J.; BUCHWEITZ, V.D. **Revisitando o PRONAF**: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.52, n. 2, 2014.

HESPANHOL, A. N. O Programa de Microbacias Hidrográficas no contexto da agropecuária no Pontal do Paranapanema – SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 2010a, Campo Grande. **Palestra**, Campo Grande – MT, 2010a. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/15/779.pdf>>. Acesso em:dez de 2015.

HESPANHOL, R. A. M. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: LIMITES E POTENCIALIDADES DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA A AGRICULTURA FAMILIAR. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, 2013.

IEA/CATI – SAAESP, 2016

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998.

LEITE, S et al. *Impactos dos assentamentos* – Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Nead/Unesp, 2004.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos de pesquisa metodológica científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIOTO, Anderson. Programa de aquisição de alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista-SP e Paranavaí-PR. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. Cadernos do CEAM (UnB), v.7, p. 33-44, 2007a.

MAZZINI, E. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

_____.; OLIVEIRA, S.M. Políticas públicas para o campo: Desafios da produção e da organização da agricultura familiar. In: **VIII Congresso Latinoamericano de sociologia rural. Anais... Porto de Galinhas.** 2010.

MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **PAA DATA** - dados 2011, 2012, 2013 e 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 10 mai 2016.

MOAL, M. F. L. Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, Análise sob as Lentes da Multifuncionalidade da Agricultura. 2013. p. 135, Dissertação – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. São Paulo.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C.; HUBELE, N. F. Estatística aplicada à engenharia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MULLER, A.L. A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, 2007.

NEVES, D. P. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. **Niterói: Eduff**, p. 347-400, 1997.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL.** Brasília, PNUD. **IPEA, FJP**, 2013.

PORTO, S. L et al., Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: MDS, 2014, p. 34-57.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica. Edições Loyola, 2005.

RIBAS, A. D. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). **Presidente Prudente: UNESP (Dissertação de Mestrado)**, 2002.

SAMBUICHI, R. H. R et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA**, p. 75-104, 2014.

SANTINI, G. A.; OLIVEIRA, S. C.; PIGATTO, G. Análise da relação das variáveis preço e produção da mandioca tipo indústria no estado de São Paulo, 1996 a 2008. **Informações Econômicas**, v. 40, p. 41-52, 2010.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005.

_____. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: MDS, 2014, pg. 152-184.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. UFRGS Editora, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

SILVA, M. E. S. A Representação da Social e a Territorialidade da Reforma Agrária no Espaço Urbano a Partir do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A. Associativismo e organização produtiva em assentamentos rurais: resistência social e políticas públicas na reforma agrária. **Retratos de Assentamentos. Araraquara: NUPEDOR**, p. 349-368, 2009.

SOUZA, V. F. Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) UNICAMP/FEAGRI, Campinas, 2006.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E. Reconectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, v. 2, 2008.

VALADARES, A.A. et al. Desenvolvimento Rural. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2015, p. 353-428. (Boletim BPS, n. 23).

VIANA, C.; VIEGAS, G.L. PAA - Evolução das Operações. In: Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura e Abastecimento Alimentar. **Políticas Públicas e Mercado Agrícola**. Brasília: CONAB, 2009, p. 146-154.

ZIMMERMANN, S. A.; FERREIRA, A. P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. **SCOTTO, G. Aun hay tiempo para el sol: pobreza rurales y programas sociales**. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

4. CONCLUSÃO GERAL

As contribuições das políticas direcionadas a atender exclusivamente a agricultura familiar, tem mostrado resultados positivos quanto a fomentar o desenvolvimento rural, a inclusão social e produtiva, a valorização do trabalho e reconhecimento da importância dos agricultores familiares por todo o país, como produtores da maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Entre estas políticas, nesta pesquisa, foi salientado a importância do PRONAF e PAA. Verificou-se na pesquisa, na região do Pontal do Paranapanema-SP, que a maior parte dos recursos destes programas é captada por pequena parcela de municípios, relevando uma distribuição desigual de recursos entre estes, tendo como reflexo o atendimento desigual dos agricultores familiares na região.

No entanto, embora se tenha observado distribuição desigual, foi observado que a maior parte dos recursos foram destinados para municípios com maior quantidade de agricultores familiares e principalmente para estimular a atividade pecuária no caso do PRONAF. Tal fato tem significativa importância visto que, esta é a principal atividade desenvolvida pelos agricultores familiares regionais. Por outro lado, o PAA tem se mostrado como um mercado importante para estes agricultores, visto que se soma a venda direta porta a porta ou em feiras livres e apresenta-se como uma opção frente aos atravessadores.

Verificou-se que o município que possui maior parcela de população pobre e em extrema pobreza na região, bem como vulnerável à pobreza (município de Mirante do Paranapanema-SP), também foi o mais atendido com recursos desses programas. Neste município, o PAA tem possibilitado a ampliação da oferta de alimentos a esta população em vulnerabilidade, mas também a diversificação da alimentação dos agricultores que os produzem. Como reflexo, a renda obtida pelos agricultores na comercialização do programa possibilita maior movimentação de recursos ao comércio local.

Embora muitos avanços tenham ocorrido nos últimos anos, quanto a renda, organização coletiva, atendimento à população em vulnerabilidade e ampliação da oferta de alimentos a esta população, o PAA necessita de aperfeiçoamento. Dentre as dificuldades que impedem que o programa venha ser ainda melhor, estão as condições das vias e a falta de algumas pontes, além de pontos de alagamento, que de certa forma impossibilitava o melhor tráfego não apenas dos agricultores, mas de caminhões para escoar a produção.

Da parte dos entrevistados, muitos agricultores não tinham conhecimento da modalidade do programa (PAA) que participavam, ou desde quando exatamente estavam participando. Além disto, apenas um quarto dos agricultores dispunha da tabela de preços da CONAB, sendo frequente as perguntas dos preços de um produto ou outro. Sobre como ocorre a distribuição e os motivos das alterações no funcionamento do programa no município, também não haviam informações, sendo que, os agricultores ficavam a questionar o transporte utilizado, as datas, a maneira de como se dá a distribuição dos produtos as famílias em vulnerabilidade (os critérios) e o recebimento dos pagamentos. Outro reflexo dos agricultores e organizações não dispõem de algumas informações, trouxeram também questionamentos na demora no recebimento dos pagamentos e o valor da cota por agricultores.

As adequações à vigilância sanitária de alguns produtos, anteriormente aceitos, e hoje não permitidos também causou questionamentos por parte dos agricultores, visto que, não havia clareza sobre quais seriam as maneiras de sanar os eventuais problemas neste sentido.

O programa pensado em parte para ser complementar a outras fontes de renda dos agricultores, tomou outra conformidade, tornando em certos casos a fonte de renda principal, e influenciando totalmente no padrão de alimentação das famílias. E assim que os projetos novos não foram sendo aprovados, as famílias gradativamente deixam de plantar diversos produtos, pois não chegaram a acessar

novos mercados como se prevê no desenho do PAA, ou seja, o programa como um estimulador para entrada em outros mercados.

Os reajustes e corte de recursos no âmbito da CONAB, tem influência direta no alcance de agricultores atendidos e demais participantes do programa, e enquanto o programa não apresentar um orçamento que não cause insegurança e também clareza nos normativos e critérios para definição dos projetos aprovados, dificuldades de execução continuaram a acontecer, bem como críticas a eficiência do programa.

Por outro lado, no âmbito municipal, mais clareza para os agricultores em quais são os critérios para atendimento as famílias em vulnerabilidade, e a respeito das alterações no funcionamento, um maior esclarecimento para os agricultores dos motivos que fizeram com que certas medidas e ações foram tomadas, poderiam atuar positivamente no sentido de maior compreensão destes sobre o programa e seu funcionamento.

Pesquisas que avaliem o impacto do programa sobre a insegurança alimentar das famílias em vulnerabilidade social que recebem os alimentos podem auxiliar a detalhar os reflexos do PAA sobre os participantes envolvidos nesta política. Além disso, estudos que avaliem os impactos diretos da renda obtida pelo programa e o impacto no comércio municipal (visto que para produzir os agricultores demandariam insumos, mas também ao produzirem teriam excedentes que podem estar ampliando ainda mais a oferta geral de alimentos no município) são essenciais para ampliar a literatura sobre o tema em questão. Estudos a respeito das informações que são disponibilizadas as organizações de agricultores sobre o real funcionamento do programa podem explorar melhor como se dá a comunicação entre os agentes envolvidos neste programa, apontando limitações e falhas, o que pode auxiliar no funcionamento desta política.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO I – BENEFICIÁRIO FORNECEDOR DO PAA.

Parte I – Identificação

Nome entrevistado: _____ Código: _____ Data: ____/____/____
 Assentamento: _____ Quadra/Lote: _____
 Organização (associação/cooperativa): _____
 Município da Organização: _____

Parte II -Caracterização Geral (Perfil)

P1. Há quanto tempo está neste lote? _____

P2. Estrutura familiar e aspectos profissionais.

Parentesco (A)	Idade	Sexo	Escolaridade (B)	Estuda Sim / Não	Ocupação (C)
(A) 1 - Cônjuge 2 - Filho (a) 3 - Nora 4 - Genro 5 - Neto (a) 6 - Pai 7 - Mãe 8 - Outro	(B) 1 - Analfabeto 2 - 1ª a 4ª série completo 3 - 1ª a 4ª série incompleto 4 - 5ª a 8ª série completo 5 - 5ª a 8ª série incompleto 6 - 2º grau completo 7 - 2º grau incompleto 8 - Ensino Técnico 9 - Superior Completo 10 - Superior Incompleto 11 - Não tem idade escolar	(C) 1 - integral no lote (agropecuária) 2 - parcial no lote + estuda 3 - parcial no lote+fora do lote (agropecuária) 4 - parcial no lote + fora do lote (cidade/usina) 5 -integral na cidade/usina 6 - Somente trabalho doméstico 7 - Somente estuda 8 - Aposentado 9- Deficiente ou inválido 10 – Outros (especificar) 11 – Fora da idade escolar			

P3. Alguém da família recebe benefícios sociais? Não (). Se sim preencher tabela abaixo.

Parentesco(A)	Tipo de benefício	Valor (R\$)	Descrição Benefícios
			1 – Aposentadoria
			2- Bolsa Família
			3 - BPC
			4 – Pensão

			5 - Outro: _____
--	--	--	------------------

Parte III-Produção, Agroindustrialização e Autoconsumo

P4. Caracterização da produção e dos produtos que passaram a ser produzidos e comercializados a partir do Programa de Aquisição de Alimentos.

Produtos	Produz/ consumo	Passou a produzir com PAA	Passou a comercializa r com PAA	Produtos	Produz/ consumo	Passou a produzir com PAA	Passou a comercializar com PAA
Abacate				Berinjela			
Abacaxi				Beterraba			
Acerola				Brócolis			
Banana				Cebola			
Caju				Cebolinha			
Caqui				Cenoura			
Carambola				Cheiro Verde			
Coco Seco				Chicória			
Coco Verde				Chuchu			
Goiaba				Couve			
Graviola				Espinafre			
Jabuticaba				Jiló			
Jaca				Maxixe			
Laranja				Nabo			
Limão				Pepino			
Mamão				Pimenta Cambuci			
Manga				Pimenta Verde			
Maracujá				Pimentão Amarelo			
Melancia				Pimentão Verde			
Pêra				Pimentão Vermelho			
Romã				Quiabo			
Batata Doce				Rabanete			
Batata Inglesa				Repolho			
Cara				Rúcula			
Inhame				Salsa			
Mandioca				Tomate			
Amendoim				Tomate Cereja			
Feijão Comum				Bovinos			

Feijão Verde					Caprinos				
Milho Pipoca					Codorna				
Milho Verde					Frango/galinhas				
Vagem					Ovinos				
Abóbora/ Jerimum					Ovo de Codorna				
Abobrinha					Ovo de galinha				
Acelga					Peixes				
Alface					Suínos				
Almeirão									

***Do que passou a ser produzido depois do PAA, o que passou a fazer parte da alimentação familiar com frequência?**

P5. Caracterização da Agroindustrialização, e o que passou a ser agroindustrializado e/ou comercializados a partir do Programa de Aquisição de Alimentos.

Produtos	Produz/ consumo		Passou a produzir com PAA	Passou a comercializar com PAA	Local Agroindustrializ a (A)	Comercializ a (B)	Inspeçã o Sim/Não
Bebida Láctea							
Compotas (geleias)							
Doce de leite							
Farinha de Mandioca							
Leite de Vaca							
Manteiga							
Mel e Derivados							
Pães							
Polpa de Frutas							
Polvilho							
Queijo							

(A) Local de Agroindustrialização	(B) Comercializa	Observação:
1 - No Lote (pela família)	1 - Venda Direta	
2 - Na Associação ou Cooperativa	2 - Feiras Livres	
3 - Cozinha Comunitária	3 - Atravessador/Entrepósito	
4 - Em Parceria/Laticínio	4 - Empresa (Laticínio,..)	
5 - Outro: _____	5 - Associação ou Cooperativa	
	6 - PAA	

	7 – PNAE	
	8 – Outro: _____	

P6. Na produção e/ou agroindustrialização a mão de obra utilizada é:

- () Apenas Familiar;
 () Familiar + Contratada Permanente. Número de funcionários: _____
 () Familiar + Contratada Sazonal. Número de funcionários /Dias: _____
 () Familiar + Contratada Permanente e Sazonal. Número de Funcionários: _____
 () Apenas Contratada. Número de funcionários? _____
 Outro: _____

P7. Você acha que com o PAA a alimentação de sua família () melhorou em qualidade; () melhorou em qualidade e quantidade; () melhorou em quantidade; () continua igual; () piorou.

P8. Algum membro da família fez algum curso de preparo ou processamento de alimentos, para agregação de valor? () Sim. Quem ofertou o curso? _____
 () Não

P9. Faz planejamento da produção? () Não; () Sim. Se sim: () antes do PAA; () após PAA.

P10. A produção do lote é certificada como orgânica ou agroecológica? () Não; () Sim: desde ____/____.

P11. Há alguma discussão na associação ou outro grupo sobre certificação/agroecologia no PAA? () Não; () Sim.

Parte IV-Comercialização, Renda e Tecnologia

P12. Antes do PAA quais eram os principais canais de comercialização e como é atualmente, de acordo com o grupo de produtos?

Produtos	Antes do PAA*	Depois do PAA
A - Hortaliças e Condimentos		
B - Frutas		
C-Raízes e Tubérculos		
D-Cereais (grãos)		
E-Carnes, Aves e Ovos		
F- Pescados		
G- Leite e derivados		
H - Mel e Doces		
I - Farinha, Fécula e Massas		

Lista de Canais
1 - Venda Direta
2 - Feiras Livres
3 - Atravessador/Entrepasto
4 - Laticínio
5 - Associações ou Cooperativa
6 – PAA*
7 - PNAE
8 – Outro: _____

P13. Após a comercialização para o PAA, passou a comercializar alguns produtos para canais que não comercializava anteriormente? () Não; () Sim ()

- P14.** Qual sua avaliação sobre os preços recebidos na PAA: ()
- A) Muito Acima dos praticados na região; D) Abaixo dos praticados na região;
 B) Acima dos praticados na região; E) Muito abaixo dos praticados na região;
 C) Igual os praticados na região;

- P15.** A renda média familiar mensal antes () e depois () da inserção no PAA?
- A) Até ½ salário mínimo (394,00); A) 3 a 4 salários (2.365,00 até 3.152,00);
 B) ½ a 1 salário (de 395,00 até 788,00); B) 4 a 5 salários (3.153,00 até 3.940,00);
 C) 1 a 2 salários (de 789,00 até 1.576,00); C) Mais de 5 salários (acima de 3.941,00).
 D) 2 a 3 salários (1.577,00 até 2.364,00); D) Outro: _____.

P16. Antes do PAA quais eram as principais fontes de renda e como é atualmente (ordem decrescente)?

Fonte de Renda	Antes do PAA	Depois do PAA	Fonte de Renda	Antes do PAA*	Depois do PAA
1 - Venda Direta			5 - PAA*	-----	
2 - Feiras Livres			6 - PNAE		
3 - Atravessador/ Entrepasto			7 - Associações/ Cooperativa		
4 - Laticínio			8 - Outro _____		

P17. Alguma parte da renda obtida com PAA foi investida no lote? () Não () Sim

- P18.** Se sim (P19), foi aplicada de qual forma? ()
- () Infraestrutura da moradia/conforto; () Em cursos e formação;
 () Infraestrutura produtiva (construções); () Investimento agrícola;
 () Aquisição de Máquinas e equipamentos; () Despesas da família##;
 () Aquisição de veículo#; () Aquisição bens domésticos (duráveis)##
 () Aquisição de animais; () Outro: _____.

P19. Teve algum membro da família, que deixou de trabalhar fora a partir da inserção no PAA, por ter passado a se dedicar as atividades no lote? () Não ; () Sim: no.: _____

Parte V - Participação Social e Políticas Públicas

P20. Há quanto tempo participa do PAA? _____

- P21.** Como ficou sabendo do PAA?
- () Pela assistência técnica*;
 () Na mídia (TV, rádio, revista);
 () Na associação/cooperativa;
 () No sindicato;
 () Movimento social;
 () Outros agricultores;
 () Outro: _____.
- * Pública () ou Particular ();

sabendo do PAA?

Anotação :

- P22.** Antes de participar do PAA, o Sr.(a) fazia parte de alguma organização?()
() Sim. A associação/cooperativa que participo atualmente;
() Sim. Uma associação/cooperativa diferente da atual;
() Sindicato rural;
() Movimento Social: _____.
() Não. Iniciei a participação em associação/cooperativa para acessar o programa;
() Outro: _____.

P23. Se participou antes, como se dava sua participação nessas organizações? (membro, direção...): _____

P24. Como participa hoje? _____

P25. Em sua opinião, após o PAA, os agricultores estão mais organizados?() Não – está na mesma; () Sim, mas só para o PAA; () Sim, com impacto em outras áreas – quais: _____

- P26.** Quem fez o projeto para acessar o PAA?
() Assistência técnica pública (ITESP); () Sindicato;
() Assistência técnica particular; () Prefeitura
() Associação/cooperativa; ()
() ONG's; Outro: _____

P27. Se teve dificuldade para fazer o projeto, qual: _____

P28. Quem é responsável pela logística na entrega dos alimentos? _____

P29. Quem paga a logística?

- A) Custo rateado (Associação/Coop.); C) Custeado pelo agricultor;
B) Custeado pela Prefeitura Municipal; D) Mista: _____.

P30. Durante a execução do projeto o Sr. (a) teve assistência técnica? ()
A) Sim, todo o tempo*; D) Não recebi acompanhamento;
B) Sim, apenas no início*; A) Outro: _____.
C) Apenas na elaboração do projeto; * De quem: _____

Parte VI-Avaliação do PAA

P31. Quais os principais razões que o levaram a entrar no PAA?
A) Venda Garantida; D) Não tinha outra alternativa;
B) Preço melhor que o regional; E) Outros: _____.
C) Influência da associação/cooperativa;

P32. Quais as principais dificuldades para participar do PAA?()
A) Não houve dificuldades; F) Valor da cota por DAP/ano*;
B) Documentação/Burocracia; G) Demora no recebimentos (R\$);
C) Baixa produção; H) Falta de assistência técnica;
D) Sazonalidade da produção; I) Outro: _____.
E) Transporte dos produtos;

P33. Quais as principais mudanças ocorridas após a inserção no PAA?

- A) Melhoria na alimentação familiar (quantidade, qualidade e diversidade);
- B) Aumento na diversificação da produção de forma geral;
- C) Melhoria nas condições de trabalho no lote;
- D) Melhoria na infraestrutura produtiva (Construções);
- E) Melhoria no rebanho;
- F) Aumento na renda familiar;
- G) Melhoria na qualidade de vida (moradia, trabalho, lazer,...);

P34. Quais as principais vantagens de comercializar pelo PAA?

Em sua opinião o que pode ser feito para melhorar o PAA?

Na hipótese de interrupção do PAA, ou seja, caso o programa não venha ter mais continuidade, quais as consequências para o sistema produtivo do lote e dos assentamentos?

P35. De maneira geral, qual sua avaliação sobre o PAA? Justifique ()

- A) Muito satisfeito;
 - B) Satisfeito;
 - C) Insatisfeito;
 - D) Muito insatisfeito;
-
-

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA I – GRUPO GESTOR PAA (AGRICULTURA)

Parte I - Identificação

Nome entrevistado: _____ Data: ____/____/____

Instituição: _____

Função: _____

Formação: _____

Parte II – Histórico e Funcionamento do PAA

- P1.** Desde quando o PAA tem sido executado no município, e quais as principais instituições envolvidas neste processo (prefeitura/ associações/ cooperativas/ movimento social/ etc)?
- P2.** A modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) está sendo desenvolvida no município desde quando? E como foi o processo e os envolvidos para execução desta modalidade especificamente?
- P3.** Quais as principais dificuldades que ocorreram desde o início na execução do programa, e quais estratégias foram adotadas para solucionar tais questões?
- P4.** Quais as principais mudanças ocorridas na gestão do PAA com o passar dos anos (Contratação de pessoal, capacitação da equipe envolvida, etc..)?
- P5.** Quem oficialmente compõe o Grupo Gestor e as principais funções?
- P6.** Além do Grupo Gestor, qual a equipe envolvida direta ou indiretamente na operacionalização do PAA no município?
- P7.** Como ocorre a fiscalização do programa quanto à venda de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e das questões de sanidade dos produtos de origem animal?

P8. Como ocorre a logística de coleta e distribuição dos produtos (vegetal; animal), e quem são os responsáveis pelos gastos neste processo (Agricultores; Associação; Prefeitura)?

P9. Como são determinados os preços pagos pelo PAA?

P10. Existe algum produto entregue ao PAA no município que seja de base agroecológica ou da agricultura orgânica? Se sim, existe um diferencial de pagamento para esses produtos.

Parte III – Dos Beneficiários Fornecedores

P11. Quais os critérios para que os agricultores possam ser Beneficiários Fornecedores do PAA? E como se dá esse processo?

P12. Como é feito o gerenciamento dos pagamentos as organizações de agricultores? E em quanto tempo após entrega dos alimentos, estes tem recebido o pagamento?

P13. Quais as principais dificuldades das organizações e dos agricultores para continuarem no PAA?

P14. Quais as principais mudanças ocorridas na organização dos agricultores desde o início da execução do PAA?

Parte IV – Dos Beneficiários Consumidores

P15. Quais os critérios para ser um Beneficiários consumidores do PAA? E como se dá esse processo (quem faz esta seleção)?

P16. Qual frequência de distribuição dos produtos para as organizações e/ou famílias cadastradas?

Parte V – Avaliação do PAA

P17. De maneira Geral, o que poderia ser feito para melhorar o PAA em sua opinião?

APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA II – GRUPO GESTOR PAA (ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Parte I - Identificação

Nome entrevistado: _____ Data: ____/____/____

Instituição: _____

Função: _____

Formação: _____

Parte II – Funcionamento do PAA

- P1.** Quem oficialmente compõe o Grupo Gestor e qual frequência que ele se reúne?
- P2.** Quais as principais funções da Assistência Social no PAA? E há quanto tempo vocês estão envolvidos com o programa?
- P3.** Quais as principais mudanças ocorridas na gestão do PAA desde sua participação (Contratação de pessoal, capacitação da equipe envolvida, etc..)?
- P4.** Quais as principais dificuldades que ocorreram na execução do programa, e quais estratégias foram adotadas para solucionar tais questões?

Parte III – Das Organizações Sócio-Assistenciais

- P5.** Quais os critérios para uma organização socioassistencial participar do PAA? E como se dá esse processo (quem faz esta seleção)?
- P6.** Quais as principais dificuldades das organizações socioassistenciais para acessarem o PAA? Existe um acompanhamento dessas instituições?
- P7.** Existe alguma fiscalização de como ocorre à distribuição desses produtos por essas organizações sócio-assistenciais? Se sim, como?
- P8.** Qual frequência de distribuição dos produtos para as organizações e/ou famílias cadastradas?
- P9.** Da parte da assistência social, existe algum acompanhamento aos Beneficiários Fornecedores do PAA e suas organizações (associações/cooperativas)? Se sim, como?

Parte IV – Do Banco de Alimentos

- P10.** Como se deu o processo de criação do Banco de Alimentos no âmbito do PAA, e quais as organizações e/ou secretarias envolvidas?
- P11.** Quais as principais dificuldades no processo de criação? E quais as principais vantagens e benefícios que isso trouxe?
- P12.** Quais os critérios para que as famílias recebam os produtos diretamente do Banco de Alimentos? Existe algum acompanhamento dessas famílias (como?)?
- P13.** Existe um cadastro dessas famílias atendidas? De quanto em quanto tempo, esta listagem é revista?

P14. E quais os critérios para as famílias deixem de ser beneficiárias do PAA?

P15. Atualmente, qual a equipe envolvida direta ou indiretamente no acompanhamento das famílias atendidas com os produtos do PAA no âmbito do Banco de Alimentos?

P16. Como a inserção no PAA como você avalia a qualidade de vida dos Beneficiários Consumidores (condições de alimentação, diversificação e gastos com alimentação)?

P17. Os beneficiários consumidores tem conhecimento da origem dos alimentos?

P18. De maneira geral, qual sua avaliação sobre o PAA em sua opinião?
Utilizar bom, muito bom, ruim

P19. Quais suas sugestões para melhorar o PAA?

APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA III - ORGANIZAÇÕES

Parte I - Identificação

Nome entrevistado: _____ Data: ____/____/____

Organização: _____

Data da Formação (ano): _____

Função na organização: _____ Tempo na função: _____

Parte II – Histórico no PAA e atuação da organização

P1. Há quanto tempo a organização tem participado do PAA? Foi criada apenas para atuar no PAA? Se não, quais os objetivos iniciais da organização (associação):

P2. Quem elaborou o primeiro projeto para participação no PAA? Continua sendo assim ou mudou a forma de preparar o projeto? Se sim, quando?

P3. Quais as funções e atividades desenvolvidas pela organização?

P4. Como é feito o pagamento do PAA aos agricultores? E quanto tempo, em média, após a entrega dos alimentos se tem recebido?

P5. Como ocorre a logística de entrega dos produtos e quem é responsável?

P6. Com o passar do tempo, os agricultores se organizaram para realização de outras atividades além do PAA (se a associação iniciou com o PAA)? Quais os impactos na organização após início do PAA (se a associação existia antes do PAA)? Acredita que a coletividade foi fortalecida com o PAA? Como?

P7. O grupo gestor da organização (diretoria da associação) ou demais agricultores receberam alguma capacitação para elaboração de projeto ou prestação de contas? Se sim, de quem e quando?

P8. Os agricultores recebem assistência técnica na execução do projeto do PAA? Como e de quem?

P9. Sobre a atuação das mulheres na entidade, ela tem aumentado com o passar dos anos? Justifique o porquê (perguntar sobre a importância do PAA nisso).

P10. Quais as principais dificuldades desde o início da participação da organização? Quais estratégias foram adotadas para solucionar tais questões?

P11. O que, na sua opinião, poderia ser feito para melhorar o programa?

APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - GRUPO GESTOR

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “**ANÁLISE DA DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP**” cuja finalidade é analisar a dinâmica da política pública denominada Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especificamente no tocante a maneira como se dá a operacionalização do programa, e às mudanças produtivas que provocou e aos impactos em termos de organização dos agricultores fornecedores no município de Mirante do Paranapanema-SP. Você foi selecionado (a) para participar desta pesquisa por compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema-SP.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas que serão realizadas em local, data e horário que será combinado com a pesquisadora. Sua entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição. Sua participação é essencial para a compreensão de como se dá a operacionalização do PAA no município, e na elucidação de quais as principais dificuldades enfrentadas e estratégias utilizadas na resolução destas, para o melhor funcionamento do programa e atendimento as famílias agricultoras e famílias em insegurança alimentar e nutricional. Podendo ainda, fomentar a propositura de novas estratégias.

O desenvolvimento deste projeto pode acarretar riscos como desconforto durante as entrevistas que serão realizadas, que pode ser agravado pela insegurança de exposição da identidade das participantes. Para minimização dos riscos descritos, a desistência de participação no projeto pode ocorrer a qualquer momento, por sua simples manifestação em relação ao desconforto das atividades de entrevista. Você terá completa proteção da identidade, que em nenhum momento da exposição dos dados será revelada.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento e retirar seu consentimento, sem sofrer qualquer prejuízo ou retaliação devido a sua desistência.

Não haverá nenhum gasto ou ganho remunerado aos participantes. O desenvolvimento deste projeto será acompanhado pela pesquisadora responsável, Tecnóloga em Agronegócios, aluna do mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCAR, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Elizabeth Lima Pereira
Rua Regis Bitencourt, 199 Parque São Judas Tadeu, Presidente Prudente - SP
Fone (18) 3223-7284

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Local/data.

ASS: PARTICIPANTE

APÊNDICE VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – FORNECEDORES

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “**ANÁLISE DA DINÂMICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP**” cuja finalidade é analisar a dinâmica da política pública denominada Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especificamente no tocante às mudanças produtivas que provocou e aos impactos em termos de organização dos agricultores no município de Mirante do Paranapanema-SP. Você foi selecionado (a) para participar desta pesquisa por um Beneficiário Fornecedor do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema-SP.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas que serão realizadas em local, data e horário que será combinado com a pesquisadora. Sua entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição. Sua participação é fundamental na compreensão das mudanças e contribuições que o PAA tem proporcionado aos seus beneficiários fornecedores, bem como na elucidação das principais dificuldades e entraves que possam estar ocorrendo no processo de acesso desta política pública. Podendo ainda, contribuir no âmbito desta pesquisa com a propositura de estratégias para melhor funcionamento do PAA.

O desenvolvimento deste projeto pode acarretar riscos como desconforto durante as entrevistas que serão realizadas, que pode ser agravado pela insegurança de exposição da identidade das participantes. Para minimização dos riscos descritos, a desistência de participação no projeto pode ocorrer a qualquer momento, por sua simples manifestação em relação ao desconforto das atividades de entrevista. Você terá completa proteção da identidade, que em nenhum momento da exposição dos dados será revelada.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento e retirar seu consentimento, sem sofrer qualquer prejuízo ou retaliação devido a sua desistência.

As informações obtidas neste estudo serão confidenciais, assegurando sua privacidade, pois serão dados nomes fictícios aos participantes para a exposição dos resultados, sem deixar possibilidades de que a identidade das participantes seja exposta.

Não haverá nenhum gasto ou ganho remunerado aos participantes. O desenvolvimento deste projeto será acompanhado pela pesquisadora responsável, Tecnóloga em Agronegócios, aluna do mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCAR, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Elizabeth Lima Pereira
Rua Regis Bitencourt, 199 Parque São Judas Tadeu, Presidente Prudente - SP
Fone (18) 3223-7284

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Local/data. _____

ASS: PARTICIPANTE